

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2012**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas nove horas e trinta e oito minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Fraga Martins Maio, António Toledo Alves, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Fábio António Lourenço Vieira, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gaspar Rosa de Lima, José Gonçalves Borges, Luís Leonel Teixeira Salvador, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Paulo Ângelo Toste Vieira, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Jorge Henrique da Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Mónica Reis Simões Seidi, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS-PP**

José Alberto Moniz Borges, Maria Eduarda Ferreira Borba, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Da Câmara Municipal**

Alonso Teixeira Miguel, António da Silva Gomes, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, José Élio Valadão Ventura, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Sofia Machado do Couto Gonçalves.

*A ata da sessão anterior foi posta à discussão.*

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Queria fazer uma pequena correção porque foi utilizada uma expressão infeliz na última reunião da Assembleia Municipal que, curiosamente não veio transcrita na ata. Vêm as reações a essa intervenção com um pedido de desculpas aos senhores presidentes de junta por parte de quem a proferiu, mas a afirmação não consta e eu gostaria que constasse.

Essa afirmação, que pretendeu ser uma farpa à bancada municipal do PSD sobre uma forma de fazer política como sendo «política de freguesia», foi proferida pelo senhor deputado Fábio Vieira e consta do último parágrafo da sua intervenção na página onze da ata. Gostaria que essa intervenção voltasse à ata porque, decerto, constará da gravação.

Isto não vem por acaso e até poderia passar em claro se se tratasse apenas daquele lapso momentâneo ou daquela falha que todos nós cometemos no exercício da nossa atividade política em que, por vezes dizemos algo que não era bem o que pretendíamos.

O assunto até poderia ficar para o Período de Antes da Ordem do dia mas gostaria de referir já que o grupo municipal do PSD lamenta e condena aquelas afirmações infelizes proferidas pelo senhor presidente do governo regional acerca dos vencimentos e das senhas de presença dos senhores presidentes de juntas de freguesia, revelando um dos piores momentos deste seu final de governação.

Repito o que disse na última reunião da Assembleia Municipal: se há definição de autarca, ela deveria ser a que é personificada pelos presidentes de junta de freguesia porque são eles os políticos de proximidade e os representantes mais diretos das populações.

Todos devemos ter muito cuidado com as referências que fazemos e com o respeito que devemos ter para com a função autárquica de proximidade nas freguesias.

**Sr. presidente da Mesa:** – Vamos verificar a gravação relativamente à referência que fez. Se essa afirmação constar, será acrescentada à ata.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhora presidente do executivo, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, bom dia.

Concordo inteiramente com a chamada de atenção feita pelo senhor deputado Luís Rendeiro. No próprio dia tive oportunidade de pedir desculpa, pelo menos aos senhores presidentes de junta do nosso grupo municipal.

Esse pedido de desculpas é extensivo aos restantes presidentes de junta que aqui estão. Foi um lapso de minha parte e não queria ofender a honra nem o trabalho daqueles que, todos os dias, lutam pelas suas freguesias.

Também gostaria de fazer uma chamada de atenção a uma expressão minha constante do segundo parágrafo: «*Muito prego é feio demais.*» O que foi dito, foi: «*Muito prega frei Tomás.*» Há aqui um erro e também a omissão à «*politicazinha de freguesia*», algo que, na altura, foi dito por mim. Subscrevo e concordo.

**Sr. presidente da Mesa:** – Muito obrigado. Também será feita essa correção.

*Foi ouvida a gravação da reunião anterior da Assembleia Municipal. A frase «política de freguesia» proferida pelo senhor d. m. Fábio Vieira constava da gravação e por lapso não havia sido incluída na ata, o que foi feito de imediato pelo primeiro secretário, senhor d. m. Vasco Capaz.*

*A ata da sessão anterior foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, sendo 16 do Partido Socialista, 12 do Partido Social Democrata e 1 do d. m. independente e 1 abstenção do Partido Socialista .*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura resumida do expediente que se segue e que colocou à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:*

**– Da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos:**

*– Proposta aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28-12-2012, semáforos do cruzamento da Quinta das Almas com o Caminho de Baixo.*

*«Da reparação do semáforo existente no cruzamento da Quinta das Almas com o Caminho de Baixo, a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos tem vindo a instar a empresa responsável pelo fornecimento do semáforo no sentido de, esta proceder à resolução definitiva dos problemas que têm afetado o normal funcionamento do equipamento instalado, a qual informou estar a aguardar a deslocação de um técnico especializado para proceder à reparação.*

*Em todo o caso, se a situação se mantiver inalterada, a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos pondera a substituição integral do equipamento por outro que dê mais garantias de fiabilidade.*

*Da substituição do semáforo existente no Caminho de Baixo com a Canada Nova, a colocação do semáforo por cima da via de circulação não é uma solução adequada à via em questão, uma vez que este tipo de semáforo é utilizado em vias com duas ou mais faixas de rodagem no mesmo sentido. Verifica-se, contudo, que o sinal vertical existente no local é suscetível de prejudicar a visibilidade do semáforo colocado no cruzamento em questão, pelo que a SRCTE irá providenciar a deslocação daquele sinal, de modo a tornar este semáforo mais visível para os condutores.»*

**– Da senhora presidente da Câmara:**

*– Abandono de viaturas na via pública.*

*«Encarrega-me a senhora presidente da Câmara Municipal de informar que, para os devidos efeitos, a proposta respeitante ao assunto em epígrafe, foi remetida à Direção Regional de Equipamento e Transportes Terrestres e Polícia de Segurança Pública.»*

*– Recuperação e manutenção de trilhos do concelho de Angra do Heroísmo.*

*«Incumbe-me sua Exa. O Secretário Regional da Economia, de acusar a receção e agradecer o envio da vossa carta datada de 4 de outubro que acompanhou a recomendação da Assembleia Municipal.*

*Desde 2004 que a Secretaria Regional da Economia vem desenvolvendo um trabalho aturado na área do pedestrianismo criando, nesse âmbito, a Comissão de Acompanhamento dos Percursos Pedestres, órgão que procede à necessária homologação dos trilhos e à sua monitorização, no qual participam diversas entidades ligadas à gestão.*

*Este trabalho tem vindo a ser reforçado a partir de 2008, existindo hoje cerca de noventa percursos homologados em todas as ilhas do arquipélago, disponibilizando informação detalhada e atualizada no sítio da internet [www.travelazores.com](http://www.travelazores.com) e encontrando-se igualmente disponíveis nos postos de turismo, folhetos informativos sobre os percursos pedestres.*

*Podem constituir-se como promotores dos trilhos, as entidades públicas ou privadas que proponham a sua classificação oficial à comissão de acompanhamento dos percursos.*

*A manutenção, conservação e limpeza dos percursos pedestres é assegurada no âmbito de protocolos celebrados com as entidades através da Direção Regional do Turismo que realiza vistorias aos percursos, com vista a verificar as respetivas condições e o estado da sinalética.*

*Na ilha Terceira encontram-se oito trilhos homologados, dos quais cinco estão operacionais, sendo que o PR7TER - Pico de Boi, o PRC6TER - Rocha do Chambre e o PR5TER - Pico Agudo, aguardam os trabalhos finais de instalação de sinalética para a sua abertura ao público.»*

**– De um cidadão não identificado:**

**– Ao senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.**

*«Congratulamo-nos com o início da recuperação da calçada de Angra e aproveitamos uma vez mais para dar o nosso contributo com ideias para o bem dos angrenses e, essencialmente, para os turistas que são a nossa principal preocupação.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Há ainda aqui uma série de propostas à disposição dos senhores membros da Assembleia:

**– Passagem da rua da Palha a zona pedestre, o encerramento do trânsito rodoviário nesta via.**

**– O relatório intercalar da fiscalização ROC dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.**

**– O relatório intercalar da fiscalização ROC do município.**

**– Adesão à rede de cidades com presença judaica.**

*«No seguimento da recomendação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril, a qual foi remetida a esta Câmara Municipal a coberto do ofício 74 de 4 de maio de 2010 respeitante ao assunto supra mencionado, encarrega-me a senhora presidente da Câmara Municipal de informar V. Exa. de que esta edilidade, em reunião de 5 de janeiro de 2012, deliberou reenviar a esse órgão deliberativo, a mesma para apreciação, tendo em conta os custos da adesão em causa conforme o relatório do SGD e Parecer a UGES – Gabinete de Apoio ao Turismo, os quais se anexam em fotocópia.»*

## **B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público.*

## **C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sra. Presidente da Câmara:** – Bom dia a todos. Tinha pedido para fazer esta breve introdução para esclarecer algumas questões colocadas na última reunião da Assembleia porque não tinha informação na altura e não pude dar as respostas.

A primeira questão tinha a ver com uma proposta sobre a colocação do guindaste no Porto das Cinco Ribeiras que na altura foi retirada ou adiada. Confirmou-se que, existindo um porto de pescas ou de recreio, tem que haver uma delimitação e uma separação da zona de banhos.

O Porto das Cinco Ribeiras é muito estreito e não há espaço para se criar um corredor para embarcações e um outro para a zona de banhos. Como não podem coexistir no mesmo espaço, correríamos o risco de perder a bandeira azul que é uma garantia de que as condições estão asseguradas.

Em relação à questão que também foi colocada sobre praças de táxis em S. Mateus e S. Sebastião, solicitámos ao gabinete jurídico e ainda aguardamos resposta, mas confirmámos que não havia concordância das juntas nem da APALIT (Associação de Profissionais de Automóveis Ligeiros da Ilha Terceira). Aguardamos o Parecer jurídico em função das questões que foram colocadas sobre os diferentes tipos de praças.

Foi aqui também abordada a questão da construção da escola de Santa Bárbara. Após contactos estabelecidos com a Secretaria Regional, informo que avançaremos com a construção dessa escola. A Câmara Municipal assume a construção da escola do 1º ciclo e o Governo Regional assume a responsabilidade da construção do pavilhão.

Foi também colocada a questão dos desfibriladores e da data da formação para o uso deste equipamento, o que acontecerá no próximo dia 28 de fevereiro prevendo-se que vinte pessoas recebam a referida formação.

Fora ainda colocada uma outra questão relativa aos candeeiros que estão praticamente todos colocados, faltando apenas dois na rua da Sé e um na Praça Velha.

A questão dos choques provocados pelo equipamento do pavilhão municipal de Angra não é uma situação nova; já tinha acontecido anteriormente e a equipa está a proceder aos arranjos necessários desse equipamento para que essa situação não volte a acontecer.

Foi solicitada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, uma fotocópia de um processo relativo a um empréstimo. Esse assunto refere-se à reunião de 31 de dezembro de 2009 e os documentos estão em reunião de Câmara. Se precisar, entregaremos a cópia no final da reunião.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Gostaria de saber se continua em estudo a elaboração do novo regulamento de táxis para o concelho de Angra e se esse regulamento prevê, (como a senhora referiu na última Assembleia), a possibilidade de flexibilizar a regulação da atividade dos táxis, ou seja a possibilidade de um taxista poder recolher um cliente em vários locais e não apenas nas tradicionais praças de táxis.

Colocou-se a questão prática de algumas pessoas quererem apanhar um táxi no hospital, tendo que o fazer do lado de fora porque o taxista não podia deixar um cliente no banco de urgências e recolher outro no regresso; o utente tem que se deslocar para o lado de fora do hospital para poder apanhar o táxi.

Seria importante prever esse tipo de flexibilização de regulamentação dos táxis para melhor servir os munícipes, independentemente de haver uma praça de táxis onde quer que seja. A existir, se esse regulamento for mais flexível, já se dispensa a existência de mais praças de táxi. O taxista recolhe o cliente onde estiver, tal como vemos nos filmes em Nova Iorque em que, qualquer pessoa levanta o braço, o táxi para e é imediatamente servido.

A segunda questão prende-se com a escola de Santa Bárbara. Senhora presidente, de boas intenções, está o inferno cheio. É um facto que antes já havia garantias, a escola era para se construir e era maior do que esta, houve compromissos eleitorais e uma data de questões mas esses compromissos foram quebrados.

A senhora presidente vai permitir que continuemos a ter dúvidas. Esperemos que não seja mais uma promessa para depois de 2012, que as coisas se façam e não constem apenas de um próximo programa eleitoral.

Quanto ao orçamento aprovado na última reunião da Assembleia Municipal, devo dizer que, ramo que nasce torto, quase ou nunca se endireita. Continua a haver uma falha porque estamos num período em que a situação da juventude é a mais grave de que há memória em termos de desemprego jovem e dos que têm emprego poderem ter um ordenado de acordo com as suas expectativas e a sua formação profissional.

Há também o problema das toxicodependências e um conjunto infundável de problemas que afetam os jovens e o orçamento foi aprovado sem o Parecer do Conselho Municipal da Juventude.

O Parecer não é vinculativo mas é obrigatório. Para não falar do cumprimento da lei, no mínimo, seria de bom-tom que as regras fossem cumpridas e que os jovens do concelho fossem ouvidos para que tivessem tido a oportunidade de darem o seu Parecer perante um documento importante para o concelho. Acho que estes procedimentos devem ser corrigidos, a bem da boa governação do concelho.

Uma última questão de pormenor: penso que o fim de ciclo do presidente do Governo Regional está a ser dramático. Todos nós pudemos ouvir na comunicação social o senhor Carlos César declarar o Clube Desportivo Santa Clara como património da Região Autónoma dos Açores.

Como angrense e terceirense, acho que o Santa Clara não é um clube açoriano, nunca o foi nem nunca será e não é uma questão de bairrismo. Acho que há um conjunto grande de clubes de dimensão regional para não falar da situação dramática dos clubes mais ecléticos da ilha

Terceira, como é o caso do Lusitânia, a situação difícil já vivida pelo Angrense, clubes de basquetebol e por aí abaixo.

Estes clubes também dão um contributo muito significativo para o desporto regional. Levam muito longe o nome do concelho e da ilha, tiveram gestores tão competentes e do mesmo nível que os do Santa Clara e não foram declarados património regional.

Gostaria que as instituições do concelho de Angra e da ilha também soubessem dar um murro na mesa e dissessem que o património regional ou é para todos ou não é para ninguém. Esta história do Santa Clara ser uma eminência parda do desporto regional e os outros serem os parentes pobres, já demos todos para esse peditório, continuamos a dar com os nossos impostos e está na altura de dizermos «basta».

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Saúdo o senhor presidente da Assembleia, a senhora presidente da Câmara Municipal e todos os senhores deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de me congratular com a recente conquista da Taça da Liga em Lisboa, por parte do Clube Desportivo Boa Viagem.

Em segundo lugar, gostaria também de saber se está prevista a deslocação dos mini buses ao novo hospital e se existe a possibilidade de uma intervenção por parte da Câmara Municipal junto da Empresa de Viação Terceirense no sentido de fazer com que haja também carreiras regulares para o parque industrial a horários a definir pela empresa, uma vez que há muita gente que não tem carro e necessita de lá ir fazer as suas compras.

Refiro-me agora a uma entrevista dada pela senhora presidente da Câmara sobre o problema do *squash*. Tive o cuidado de falar com o atual explorador daquele espaço para me inteirar do assunto e queria referir duas situações que me parecem menos corretas.

A dado passo, a senhora afirmou: «A Culturangra acabou por comunicar formalmente a intenção de não renovar o contrato pelo que, a partir de 30 de outubro de 2013, a *AngraGym* deverá entregar as instalações.» Não achei isso correto, uma vez que, em 2013, certamente haverá eleições para as autarquias locais e acho que, por haver uma divergência, não é justo que se ponha uma pessoa na rua.

Segundo o proprietário me informou, tem todas as rendas em dia e nunca se atrasou uma única vez. Acho que se deveria pôr na rua os que não pagam e não os que pagam. Refiro-me a outras empresas que foram faladas aqui na última assembleia; esses é que deveriam ir para a rua imediatamente e denunciados no jornal.

Perguntei-lhe quantos utentes utilizavam o ginásio e ele disse-me que eram à volta de duzentos, um número muito significativo; são pessoas que estão inscritas e desenvolvem ali a sua atividade física. Também poderão ir quatro trabalhadores para o desemprego, caso a empresa tenha que sair dali dessa forma. Ao contrário do que diz o senhor Sérgio Ávila, seriam mais quatro para aumentar o desemprego.

Também gostaria de perguntar se a senhora presidente sabe quantos jogadores de *squash* existem nesta terra. Penso que existem muito poucos ou, pelo menos, essa modalidade não é divulgada; pelo que sei, não têm associação constituída.

A senhora presidente também disse: «Em termos culturais, desportivos ou de lazer, o município não pode olhar exclusivamente à questão lucrativa, já que estas são atividades muito onerosas mas das quais, não advêm as respetivas receitas.»

Penso que isso também não é correto quando toda a gente sabe que a Culturangra é deficitária em muitos milhares. Penso que terá que se rever a situação para que aquela empresa seja menos deficitária; não é estar a pagar a meia dúzia de jogadores. Segundo a informação que tenho, se calhar, não faziam quarenta ou cinquenta euros ao fim do mês para se manter duas salas abertas.

O senhor João informou-me que está aberto ao diálogo e penso que, com um pouco de boa vontade de ambas as partes, se conseguiria resolver esse assunto, o que seria bom para os dois lados.

Finalmente, congratulo-me pelo facto de a senhora presidente aparecer menos vezes nos jornais do que a sua antecessora. Todos os dias aparecia nos jornais, a fotografia da sua antecessora e a senhora é muito mais discreta nesse aspeto. O trabalho é mais importante do que as aparências.

**Sra. presidente da Câmara:** – Começando pelo fim, não sou tão bonita nem tão apelativa quanto a anterior presidente da Câmara, por isso não apareço tantas vezes nos jornais. Sou muito menos apelativa para a comunicação social e tenho a certeza que a anterior presidente era extremamente competente e muito produtiva. Neste início de mandato ainda não consegui atingir a capacidade de produção que ela tinha e continua a ter.

Vou pedir mais um pouco de tempo para reunir as datas da reunião sobre a questão dos táxis colocada pelo senhor deputado Luís Rendeiro. Quero reunir esses dados para responder daqui a pouco com mais exatidão.

No que toca à escola de Santa Bárbara, vou ser concreta na minha resposta. Contamos ter uma parte do projeto de execução entregue durante o mês de março, esperamos poder começar a obra do pavilhão ainda este ano e, se possível, começar a obra da escola antes do fim do ano. É uma obra complexa, por isso se tentou fazer em duas fases.

Em relação à aprovação do orçamento e ao Conselho Municipal da Juventude, fica a nota para que essa questão seja tida em conta futuramente.

Penso que a questão do clube Santa Clara era mais uma observação do que outra coisa, porque qualquer pessoa é livre de fazer uma proposta em termos de instituições que devam ser consideradas de interesse regional. Penso que era apenas uma consideração, por isso não tenho nada a acrescentar.

Já saiu a informação de que, a partir de 1 de abril, serão iniciados os novos circuitos de mini bus que passarão a ser pagos e integram as novas carreiras urbanas que a EVT explora no concelho de Angra do Heroísmo, enquanto o atual circuito provisório pela rua de S. Pedro passará a ser definitivo e alargado à Silveira durante o período de verão.

A questão foi colocada à EVT e obtivemos a confirmação de que os novos circuitos estão a ser organizados para que o hospital fique contemplado com carreiras urbanas.



Não me parece má ideia, a intervenção junto da EVT para a realização de carreiras regulares ao parque industrial. Colocarei essa questão em reunião informal que venha a ter com eles.

A questão do *squash* é muito mais complexa do que se possa imaginar. Se eu não estivesse por dentro do assunto e de tudo o que aconteceu até agora, assinaria por baixo as suas declarações e concordaria a 100%. No entanto, há um cenário que foi evoluindo e chegou a este impasse.

Existe um contrato celebrado com o *AngraGym* para a exploração de uma única sala de musculação no pavilhão municipal. Por contactos que foram acontecendo ao longo dos tempos, por necessidade de receber mais algum dinheiro para pagar a renda e inúmeras outras situações, o ginásio foi crescendo e ocupando outros espaços. Ocupou os balneários, alargou-se à *Fun Zone* e, recentemente, acabou por ocupar a outra sala de *squash* que ainda estava disponível.

Essa situação derivou de uma outra relacionada com outro ginásio que chegou a uma situação de incompatibilidade com o hotel onde estava e que, por entendimento com o senhor João de Castro e sem o nosso consentimento, ocupou o espaço do *AngraGym* numa primeira fase.

É preciso salientar que o senhor João de Castro já manifestara a intenção de trespassar aquele espaço porque não estava muito confortável, não havia muita utilidade, etc.

Este «boom» deu-se quando este outro ginásio ocupou aquele espaço. O senhor João de Castro, em várias conversas tidas comigo e com várias outras pessoas da Culturangra, foi informado que não poderia subarrendar ou entregar o ginásio sem um concurso porque outros já haviam manifestado a intenção de ocuparem aquele espaço quando terminasse o contrato e ele próprio já tinha manifestado a intenção de sair. Informámo-lo que não poderia beneficiar de um contrato direto; não queremos tecer qualquer juízo de valor mas parece-nos que foi isso que aconteceu.

O senhor João de Castro pediu para ocupar as salas de *squash* com aulas de aeróbica, o que foi autorizado, desde que se tratasse de uma situação repartida e não danificasse o espaço porque a sala serve perfeitamente para esse fim. Usam-na como sala de aeróbica e *squash*, quando necessário.

Foi-nos solicitada autorização para a colocação de aparelhos de ar condicionado e explicámos ao senhor João que o poderia fazer desde que os aparelhos fossem amovíveis, mas ele furou as paredes e instalou estruturas fixas. Quando questionado, respondeu que qualquer estrutura é amovível porque se desmonta num instante.

Não sei se já teve a oportunidade de ver, mas o senhor João fez um teto falso nesta segunda sala que lhe foi cedida para ser dividida com o *squash*, estragando por completo a sua utilidade.

Cobriu o chão da *Fun Zone* com outro tipo de pavimento, tem uma sala que não está licenciada e não é possível tirar uma mesa de *snooker* cada vez que uma pessoa vai jogar *squash*.

Para além disto, sem o nosso consentimento e numa fase intermédia, ocuparam a sala de formação em cima, o bar em baixo e tentaram ocupar a sala pequena onde estava o equipamento de *bowling* à venda. Quando dissemos que assim não podia ser, puseram-nos a

hipótese de alugarem a única sala que restava, que era aquela mais pequena; dissemos que não, porque nos estava afeta.

Quando questionados publicamente, respondem que a Culturangra é que não está disponível para o diálogo porque se alugássemos aquela sala pequenina que falta, aí já passaria para lá a *Fun Zone* e já dava para a prática de *squash*.

É muito fácil fazer-se ouvir e deturpar a verdade mas é isto que se está a passar. Recordo que o contrato que o senhor João de Castro tem com a Culturangra, refere-se apenas a uma sala de musculação.

Contra mim falo porque houve excessiva boa vontade. Desde anteriores conselhos de administração da Culturangra, fomos cedendo, cedendo, cedendo, no sentido de chegarmos a um entendimento e tentarmos que isto resultasse, mas chegou-se a um ponto em que ele tomou conta de todo aquele espaço, à exceção do *bowling*, onde colocou máquinas de moedas para retirar bolinhas, «gamas», etc.

O senhor João de Castro usurpou aquele espaço. A partir de determinada altura, deixou de comparecer às reuniões comigo, passou a estar permanentemente na associação de karaté e foi o senhor Bruno quem compareceu às reuniões como interessado na continuidade do ginásio, insistindo na renovação do contrato.

Expliquei-lhe que havia vários interessados na exploração daquele espaço que é público, já não apresentava condições e o próprio senhor João de Castro já havia manifestado a intenção de sair e agora está interessado em ficar porque regressaram todos os utentes do antigo ginásio.

A verdade está um pouco moldada. E volto a referir que o que está arrendado ao senhor João de Castro é uma sala de musculação. Pelo valor dessa sala, ele explora uma sala de musculação, duas salas de *squash* adulteradas, uma outra com jogos que nem devem estar legalizados, os banhos turcos e os balneários e ainda as máquinas de moedinhas.

Não percebo como é que o senhor João de Castro tem a coragem de vir a público fazer as afirmações que fez. Já esclareci tudo uma vez e não tenho que voltar a fazê-lo nem entrar em guerrilhas no jornal. Não é esta a postura.

Agradeço que me tenha sido dada a oportunidade de esclarecer a situação aqui na Assembleia porque, quem ouve o senhor João de Castro, acaba por ficar com pena dele.

Chegámos a um ponto em que não estamos interessados e não vamos renovar o contrato. Informámos agora porque temos que o fazer com um ano de antecedência.

O que nos é dado entender, é que o senhor João de Castro já não está muito ligado ao ginásio, mas sim, o senhor Bruno que veio do outro ginásio. Na altura informámos que não podia haver um subaluguer; no máximo, apenas poderiam ser subcontratados os serviços de outra empresa.

Nunca permitiríamos o trespasse, muito menos numa situação destas em que existem outros interessados. Neste momento, verificamos que está lá outra pessoa e o senhor João de Castro está permanentemente em cima, na sala de *karaté*, de onde nos são constantemente enviados fax's e cartas acusando-nos de atitudes de má-fé em tudo o que fazemos porque mandámos

retirar uma placa a dizer *AngraGym* colocada na fachada que foi perfurada sem a nossa autorização.

Segundo ele, estamos de má-fé porque mandámos retirar a placa, estamos de má-fé porque furaram a parede para colocarem estruturas que não são amovíveis, estamos de má-fé porque entendemos que não existem condições para renovação do contrato. Ele não está a agir da melhor forma.

O cenário do *AngraGym* é um pouco mais complexo e eu fico surpreendida com a atitude do senhor João de Castro. Das poucas vezes que estive no *AngraGym* nos últimos tempos, foi para tirar aquela fotografia que apareceu no jornal porque, de resto, nunca lá está. Digo isto com conhecimento de causa porque o pavilhão multiusos está permanentemente aberto com funcionários da Culturangra a tempo inteiro e sabem quem lá está ou não está.

Quem ouve por fora acaba por concordar consigo, mas o cenário é muito complexo. Falta é saber o resto da informação. A troca de informações como cartas, etc., está toda escrita. Tudo isto é extremamente abusivo.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Agradeço o esclarecimento que me prestou. Trouxe o assunto aqui justamente para obter respostas, acredito no que a senhora presidente me disse e assim já posso fazer o meu juízo de valor. Muito obrigado.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, bom dia a todos.

A minha primeira intervenção vai no sentido de chamar a atenção da senhora presidente da Câmara a respeito de um compromisso assumido pela sua antecessora relativo a este salão nobre que está recheado de símbolos monárquicos; não temos cá nenhum símbolo da república.

Havia o compromisso por parte da anterior presidente da Câmara de encomendar uma bandeira da república portuguesa e outra da região. Gostaria de saber em que ponto se encontra esse compromisso porque seria de todo o mérito, termos aqui os símbolos da república portuguesa e da região autónoma dos Açores.

A minha outra questão prende-se com um assunto já a florado na última reunião do Conselho de Ilha da Terceira e que tem a ver com o acesso ao novo hospital no sentido rotunda de Santa Luzia/rotunda de S. Rafael.

Parece-me que há ali um defeito à nascença em termos de projeto porque nasce uma ligação do lado direito da faixa que se inicia. Parece-me que há ali um defeito técnico que é uma armadilha para quem ali conduz. Queria saber se foram tomadas algumas providências.

Tem-se investido tanto na segurança rodoviária e gostaria que a senhora presidente fizesse todos os possíveis para que essa situação fosse sanada porque há cada vez mais trânsito e muita gente distraída na estrada que pode causar ali acidentes bastante graves.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, caros colegas, bom dia a todos.

Fico contente que, após dois anos de diálogos com o doutor Ricardo Barros e com a antiga presidente da Câmara em frente a toda a gente, tenhamos finalmente uma data para o início da formação dos desfibriladores.

Espero que este processo chegue finalmente ao fim, uma vez que a doutora Andreia me tinha garantido que o projeto avançaria em outubro. Gostaria de saber qual é a empresa que dará a formação e quem a vai receber.

**Sr. presidente da Mesa:** – Espero que não considerem que esteja a exorbitar as minhas funções, mas gostaria de dar uma notícia a todas as senhoras e senhores deputados e, em particular, à senhora deputada Mónica Seidi pela função que desempenha.

No dia 1 de março vai iniciar-se na região um sistema de reforço do apoio pré-hospitalar que penso que vai melhorar muito o socorro. Estarão na rua viaturas SIV (Suporte Imediato de Vida), tripuladas por enfermeiros e acompanhadas por um médico.

O médico coordenador do sistema é o doutor Luís Cabral e essas viaturas serão ativadas depois de uma triagem feita também por enfermeiros, depois de se conhecer cada caso em particular. Não estamos a falar de mero transporte, mas sim de situações mais complicadas.

Nesta fase inicial, o projeto vai avançar apenas em S. Miguel, Terceira e Faial. A unidade da Terceira deve entrar em funcionamento a partir do dia 15 devido a um problema que não conseguimos ultrapassar relacionado com a chegada de uma viatura e terá o seu início no Faial apenas no final do mês, devido a algumas dificuldades relacionadas com a disponibilidade de pessoal porque isto obedece a formações prévias.

Quanto às outras ilhas, estará a ser equacionada uma solução intermédia que possa, de alguma forma, reforçar o apoio neste domínio.

Julgo que este meu esclarecimento é importante e serve de complemento às preocupações da senhora deputada Mónica Seidi, que são importantes e também porque estamos perto do dia 1 de março que é o dia da Proteção Civil.

São sempre bem-vindos todos os meios que possamos colocar à disposição dos cidadãos, no sentido de reforçarmos a segurança e, em particular, o ambiente hospitalar.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Ainda a respeito do assunto do Clube Desportivo Santa Clara, não se trata apenas da manifestação de uma opinião; acho que todos nós, eleitos para defendermos as populações e as instituições da nossa terra, devemos ter os olhos bem abertos.

Estamos a atravessar uma falência generalizada de empresas e instituições e a assistir também à falência de um modelo desportivo que consistiu num investimento artificial em equipas e jogadores, que pouco condizia com a realidade económica e social das comunidades onde estavam inseridos e à vinda de atletas estrangeiros para os nossos clubes, que não tiveram o consequente retorno em termos de adesão das gentes da nossa terra à respetiva prática desportiva.

Não me parece justo que um clube, (aquele que mais tem beneficiado do investimento público e dos impostos de todos nós e mais artificialmente tem crescido), continue a ser emoldurado e tratado como uma vaca sagrada do desporto regional.

Temos, no nosso concelho e na nossa terra, outras instituições que carecem de apoio e cujas dificuldades são tão grandes ou maiores do que as do Clube Desportivo Santa Clara que, historicamente, nem é o clube com maior implantação social em S. Miguel, mas sim, o União Micaelense.

As instituições do nosso concelho, nomeadamente, a Câmara Municipal de Angra, devem interceder para que não haja este tipo de favorecimento de uns em prejuízo de outros e não precisam de o fazer necessariamente na forma de uma intervenção pública; podem fazê-lo de forma institucional. Acho que esse puxão de orelhas deve ser dado ao senhor presidente do Governo Regional enquanto é tempo.

Agora, a talho de foice, esta questão tem a ver com o anúncio que foi feito pelo senhor presidente da Assembleia Municipal e também vice-presidente da Proteção Civil nos Açores a respeito da instalação destas viaturas SIV.

Corrija-me se eu estiver enganado mas, pela descrição que fez, suponho que se trata de algo muito parecido com o INEM que existe no continente ou, pelo menos, com alguns pontos de contacto, uma espécie de um INEM/Açores.

Queria saber como vai funcionar a articulação deste novo serviço com os bombeiros e com as ambulâncias. Temos aqui o senhor presidente da Associação de Bombeiros que também nos poderá dar alguns esclarecimentos.

Gostaria também de saber em que medida estas viaturas e este novo serviço poderão, ou não, causar uma perda de investimento nos Bombeiros Voluntários e uma alteração do serviço que as ambulâncias prestam à população.

**Sr. presidente da Mesa:** – Antes de passar a palavra ao senhor deputado Nuno Melo Alves e à senhora presidente, terei muito gosto em esclarecer a questão levantada pelo senhor deputado Luís Rendeiro.

Muito se tem falado sobre o INEM e o serviço prestado na região. O serviço que é prestado pelos bombeiros na região é equiparado ao transporte de doentes feito pelo INEM que contratualiza com as associações de bombeiros para complementar as falhas do sistema e, de um modo geral, abranger toda a população continental. Nós, aqui, contratamos diretamente e exclusivamente os corpos de bombeiros.

Se retirássemos aos bombeiros o serviço que prestam de transporte de doentes, a formação do pessoal na rua seria exatamente a mesma coisa. Se lhes puséssemos uma farda que dissesse «INEM Açores» seria exatamente a mesma coisa.

Aqui, tentamos, de alguma forma, aprender com as falhas alheias. Tinham as ambulâncias de Suporte Imediato de Vida, (as Unidades SIV) tripuladas por bombeiros mas o processo no continente não correu tão bem como se desejaria; houve uma série de falhas que não vale a pena enumerar de forma exaustiva.

Há uma terceira vertente, as chamadas VMER (Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação). Por enquanto, aqui não temos condições de termos as VMER na rua e não se justificam porque as distâncias são curtas. A falta da VMER é o que nos diferencia do INEM.

Por outro lado, como o senhor deputado sabe, há maior dificuldade no número de médicos disponíveis em relação ao continente e em Lisboa em particular, o que também nos cria alguns problemas. Admito que, a médio prazo, possa ser equacionada uma situação dessa natureza.

Os bombeiros continuarão a fazer exatamente o mesmo trabalho em coordenação com as viaturas SIV, de tal ordem que, preferencialmente, os enfermeiros que fizeram formação nesta área estavam integrados nos corpos de bombeiros, conheciam o sistema e vão interagir com eles quando a viatura SIV chegar junto da ambulância que transporta o doente.

Imaginemos que acontece uma situação em que uma viatura SIV tenha que se deslocar a um doente na Povoação. O doente não vai esperar em casa que chegue essa viatura SIV; é transportado em ambulância da Povoação até ao chamado ponto de encontro entre ambas as viaturas.

Ao chegar ao Centro de Saúde de Vila Franca, o enfermeiro entraria na viatura, colocando o monitor/desfibrilhador, uma das peças fundamentais deste processo que acompanha o doente até à unidade de saúde.

Para terem uma ideia, cada monitor/desfibrilhador custa 22 000€ e uma ambulância custa pouco mais de 40 000€; o desfibrilhador custa quase tanto como uma ambulância.

Não há nenhuma alteração aos corpos de bombeiros e nem qualquer redução financeira, antes pelo contrário. Por esta via, houve um reforço em relação a alguns corpos de bombeiros. Todo este sistema foi pensado e ajustado ao longo do tempo em função do que se pensou que seria a melhor forma de atuação.

Inicialmente pensámos que isto se processasse com ambulâncias nos corpos de bombeiros mas a triagem é feita pelo serviço regional e por enfermeiros que vêm do tempo da gripe A e continuam a prestar serviço na linha de Saúde Açor, uma linha que, quanto a mim, ainda está pouco divulgada e deve ser mais incrementada porque se pretende que eles façam muito mais além desse tipo de triagem.

Como essa viatura é acionada por aqui, se estivesse sediada no corpo de bombeiros, poderia criar alguma situação de conflito. Porque é que sairia para aqui e não para ali? Pareceu mais razoável que a viatura esteja no hospital, permitindo que o enfermeiro ajude na triagem inicial, podendo ser chamado e sair a qualquer momento.

Esta viatura SIV acaba por ser um «apêndice» dos bombeiros, funcionando em perfeita articulação com eles.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Ter-me-ia sentido mais confortável com exemplos geográficos da Terceira em vez de S. Miguel. Existe a tendência para que os serviços sejam montados primeiro e melhor em S. Miguel, daí o meu desconforto...

**Sr. presidente da Mesa:** – O facto de ter sido montado em S. Miguel tem a ver com a disponibilidade de viaturas. Não foi por mero acaso que usei o exemplo da Povoação em S. Miguel. Se tivesse usado a Terceira como exemplo, teria mais dificuldades em explicar o ponto de encontro.

Se acontecer uma situação nos Altares, a ambulância parte dos Altares para Angra e o ponto de encontro pode ser no Pico Gordo ou no Pico da Bagacina. Este é um dos grandes dramas quando se pensa um sistema destes para distâncias curtas mas, apesar de tudo, justifica-se....

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – As distâncias são curtas mas o doente pode morrer entre a Terra Chã e o hospital de Angra. Isto tem que ser uma coisa bem pensada; não se pode fazer assim à toa.

**Sr. presidente da Mesa:** – Por isso é que eu disse que, apesar das distâncias serem curtas, a viatura SIV poderia fazer a diferença indo ao encontro da ambulância que viesse dos Altares.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Talvez a maior parte das pessoas não tenha a noção, mas os nossos bombeiros estão perfeitamente treinados para lidarem com este tipo de situações o que é pena porque, em parte, acabam por ser desvalorizados.

Quem trabalha diretamente com eles sabe que são pessoas muito bem treinadas para a emergência médica, talvez mais do que alguns médicos. Sou médica mas tenho dois anos de prática e não me sinto tão à vontade com estas situações, apesar de já ter feito toda a minha formação nessa área. É pena que os bombeiros não sejam aproveitados de outra forma.

**Sr. presidente da Mesa:** – Muito obrigado pela ajuda. Confirmo o que acabou de referir. Pode parecer um bocado estranho a um leigo nesta matéria, como é que um médico ou um enfermeiro não sabem atuar nestas situações mas acontece que não há formação académica em emergência pré-hospitalar nas escolas de enfermagem nem nas faculdades de medicina.

No fundo, é saber trabalhar sem os equipamentos que um médico ou um enfermeiro têm numa unidade de saúde. Obedece-se a outras técnicas e regras, daí que seja necessária a formação específica.

Os nossos bombeiros têm formação nessa área. São cursos de cerca de 250 horas cujos ensinamentos são renovados de dois em dois anos para que se mantenham atualizados. Temos um corpo bastante experiente que tem feito coisas maravilhosas.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Queria lamentar as respostas da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Equipamentos em relação às propostas aprovadas na última Assembleia Municipal relativamente aos semáforos no Caminho de Baixo.

O semáforo da Canada das Almas está avariado há muito tempo, não percebo porque é que o técnico ainda não veio cá e porque é que a secretaria ainda não providenciou uma solução alternativa.

Lamento também a resposta burocrática em relação à aplicação de um determinado tipo de equipamento no cruzamento com a Canada Nova. Relembro que o que está ali em causa é a segurança e as instituições políticas responsáveis não conseguem intervir, mudando as normas ou adaptando-as às micro realidades locais.

Recordo um episódio que aconteceu na estrada Pero de Barcelos há dez ou doze anos em que um jovem, numa mota, embateu de frente num camião, acabando por falecer. Na altura, o

assunto veio a esta casa, foi muito discutido na imprensa e toda a sinalética de segurança estava de acordo com a lei, avisando que se tratava de uma estrada de dois sentidos.

No entanto, essa sinalética revelou-se insuficiente porque alguns sinais de aviso de trânsito nos dois sentidos estavam colocados em frente à estação elevatória da ETAR perto da atual Sede da AMI, num local onde a visibilidade era péssima.

Gostaria de relembrar à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Equipamentos que, quando se trata de questões de segurança, o facto de se estar dentro da lei, não serve, não basta, não é suficiente.

Lamentamos que a resposta deles tenha sido tão burocrática, tão pouco política e, sobretudo, descurada face a necessidades óbvias de segurança naquele cruzamento e na circulação naquela via.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não tinha a informação relativa aos símbolos da república no Salão Nobre. Provavelmente o assunto já estará a ser tratado mas vou confirmar.

Quanto ao acesso ao hospital, não houve necessidade da nossa intervenção porque a secretaria já tinha agido quando a questionámos. Vai ser feita a correção naquelas duas vias que, mais cedo ou mais tarde, acabarão por provocar algum acidente. O assunto já estava a ser acutelado de modo a que uma das faixas sirva apenas de acesso ao hospital e a outra permita a continuidade do trânsito.

O curso de Desfibrilhação Automática Externa é da responsabilidade da Direção Regional de Saúde em parceria com a Protecção Civil. A formação será dada pela doutora Marta Guinôt e pela doutora Leonor, a vinte funcionários, que estarão nos diferentes espaços possuidores dos equipamentos.

Um dado importante: a máquina não trabalha se o coração não precisar de intervenção, ou seja, se uma pessoa colocar a máquina pensando que o doente vai precisar, ela deteta o batimento cardíaco e só dispara se for necessário.

A máquina está preparada para ser utilizada por pessoas que tenham formação para sua utilização, sem que sejam obrigatoriamente médicos ou enfermeiros e não se aplique incorretamente, correndo o risco de provocar lesões.

**Sr. d. m. Carlos Pinheiro:** – Muito bom dia, senhor presidente, senhora presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores deputados, restantes colegas.

Peço à senhora presidente um esclarecimento sobre a última notícia que ouvi relativa às contas da Culturanga, porque se falou que uma dessas despesas que acrescia tinha a ver com as zonas balneares.

Quando se referiram às zonas balneares, referiram-se à zona da Serretinha. O que preciso ver esclarecido é se aquilo é uma zona de banhos ou uma zona balnear; se for uma zona balnear tem que ter um nadador salvador no verão.

Já que foi referida como sendo uma zona balnear, gostava de o saber para possuir bases de sustentação e explicar de que tipo de zona se trata. Sempre entendi que fosse uma zona de banhos porque me foi explicado nesse sentido. Como veio referido no jornal, qualquer pessoa



que tenha lido a notícia, dirá que se trata de uma zona balnear e, se assim for, temos os mesmos direitos que as outras zonas.

Gostaria de reforçar o que foi dito pelo senhor deputado Luís Rendeiro a respeito das afirmações do senhor presidente do Governo Regional que, para mim, revelam um grande desconhecimento do poder autárquico, essencialmente das juntas de freguesia.

Na última reunião da ANAFRE em que estive presente, presidida pelo senhor António Rocha, o presidente da junta de freguesia da Conceição dizia que a verdadeira democracia começa na junta de freguesia.

O que se está a passar é que as pessoas estão a aproveitar-se do que o senhor presidente disse e alguns presidentes já estão a levar na cabeça: «Vocês ganham o suficiente, por isso têm que estar aqui todos os dias; não é só quando querem.»

Essa situação vai voltar-se contra nós, presidentes de junta, porque muitas vezes, as pessoas levam as coisas para um sentido maldoso e talvez o senhor presidente nem tenha dito isso com outras intenções.

Não será o senhor presidente nem outra pessoa qualquer que me vai dizer quando devo ser voluntário. Hei-de sê-lo quando quiser.

**Sr. d. m. Paulo Vieira:** – Bom dia, Exmo. presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, Exma. Câmara, senhores deputados municipais.

A minha intervenção vem na sequência de um alerta do senhor deputado Guilherme Melo e da resposta da senhora presidente sobre o trânsito junto ao hospital novo. Faço esta intervenção por formação profissional e porque se passa no território da minha freguesia. Não conheço o projeto em pormenor mas penso que aquela situação não deriva de um erro.

Vejo a formação de duas filas de trânsito no sentido ascendente entre a rotunda da SOTERMÁQUINAS e a rotunda seguinte e há uma fila que, por imperativo da toponímia do local, não permite continuar porque, logo a seguir, temos uma via de acesso à rua Ribeira dos Moinhos em S. João de Deus e depois temos habitações.

Em termos técnicos do código da estrada, chama-se àquilo uma supressão de via, ou seja, a via da direita é suprimida dando origem a uma única via; quem se desloca com frequência ao continente e conduz lá fora, vê que isso é muito comum em vários locais.

Penso que a Secretaria da Ciência e Tecnologia só pecou por ter aberto aquela via da direita que estava em obras, colocando as marcas no pavimento antes da sinalização vertical gráfica mas, a partir do momento em que existe essa sinalização, a situação está ultrapassada.

Está lá um sinal de informação à direita como se vê em vários locais do território nacional. Já percorri muitas estradas nacionais e vejo que os condutores tomam a via de trânsito mais à esquerda, antes de encontrarem a linha contínua.

A senhora presidente disse que vai haver uma correção. Presumo que essa intervenção, tendo em conta a toponímia do local, será o prolongamento da linha contínua até encerrar a passagem para a outra fila.

Na minha opinião, isso é mais prejudicial porque, quem se colocar na fila da direita por engano, será forçosamente obrigado a entrar no hospital ou cometerá uma infração muito

grave, pisando a linha contínua. Não considero que aquilo constitua uma verdadeira armadilha como já foi dito e tenho informação para falar à vontade sobre o assunto.

O senhor Guilherme disse que temos que contemplar os distraídos. Os distraídos não são contemplados no código da estrada porque são condutores de alto risco que não praticam uma condução defensiva e põem em causa a segurança rodoviária dos outros utentes. Tendo em conta a minha área profissional, penso que não podemos alterar a toponímia do local.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Bom dia, senhor presidente, Exma. Mesa, senhora Câmara, senhoras e senhores deputados.

É pena que o senhor Guilherme Melo já não esteja presente. As presenças de uma bandeira nacional e uma bandeira da região autónoma dos Açores neste salão, são importantes porque são os símbolos nacionais e regionais, mas discordo quando se confunde uma bandeira nacional com um símbolo do regime republicano.

Olhando para este salão, não vejo aqui símbolos monárquicos, à exceção daquele escudo que está por cima do retrato do rei D. Carlos que tem uma coroa real. Aquela é uma bandeira azul e branca que tem o brasão da Câmara de Angra; não tem símbolos monárquicos.

Estão aqui três retratos e um busto de quatro chefes de Estado. Se estivesse aqui um retrato de um presidente da república, legitimamente eleito, não me incomodava absolutamente nada porque, acima de tudo, devemos respeitar a democracia.

Poderia ainda dar outro exemplo: pelo facto de estar aqui o busto de D. Pedro que era da maçonaria e por estar aqui também o retrato do primeiro conde Sieuve de Menezes, que também era declaradamente da maçonaria, posso dizer que neste salão, estão símbolos da maçonaria? Acho que não. Por estarem aqui retratos de chefes de Estado, não significa que estejam aqui símbolos da monarquia.

Já tivemos em Portugal algumas sete ou oito bandeiras; por isso, mais uma, menos uma, é-me indiferente e acho muito bem que esteja aqui uma bandeira nacional mas acho que é um despautério e um sem propósito, confundir-se símbolos com regimes monárquicos ou republicanos porque eu podia dizer o mesmo em relação à maçonaria.

Não é pelo facto de estar aqui o busto de D. Pedro nem o retrato do primeiro conde da Praia, (aberta e declaradamente maçónicos), que estão aqui os símbolos da maçonaria. Por estar ali o busto de D. Pedro que foi imperador do Brasil, não está aqui o símbolo do Brasil.

Entendamo-nos de uma vez por todas para não andarmos aqui com chicanas desagradáveis e troca de conceitos que não têm fundamento absolutamente nenhum. Estou perfeitamente de acordo que se arranje, o mais rapidamente possível, uma bandeira nacional e uma bandeira da região autónoma dos Açores porque são os nossos símbolos nacionais.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Senhor presidente da Mesa, Exma. Presidente da Câmara, senhores vereadores e caros colegas deputados municipais, bom dia a todos.

Em nome da ANAFRE, à semelhança do meu colega Carlos Pinheiro, gostaria de falar na intervenção do senhor presidente do Governo Regional. Nesse mesmo dia, através da comunicação social, a ANAFRE lamentou as palavras proferidas pelo Sr. Carlos César a respeito dos presidentes de junta, uma vez que se trata de meras compensações que os

presidentes têm a nível Açores e que rondam os 273€. A defesa foi no sentido de serem aplicadas ao serviço das populações ao nível dos transportes, de alguns apoios sociais, etc., uma matéria que referenciámos na altura.

A ANAFRE tomou de imediato uma atitude em defesa das freguesias, uma vez que achamos inoportunas as palavras do senhor presidente do Governo Regional.

Como é do conhecimento de todos, as freguesias não custam 1% do orçamento do Estado e é lamentável que, cada vez mais, elas sejam classificadas como o parente pobre, visto que estão reconhecidamente ao serviço das populações.

**Sra. presidente da Câmara:** – Já tenho as datas do regulamento dos táxis que entrou em discussão pública no dia 3 de fevereiro prolongando-se até 16 de março. Esta é a altura de rever, reler e fazer as propostas necessárias de intervenção.

Em relação às zonas balneares, não estou a ver qual foi exatamente a intervenção, mas é possível que tenha saído na comunicação social, algo sobre as zonas balneares da Serretinha e Vila Maria que são duas zonas de banho; estando englobadas no bolo, talvez tenham sido referidas como zonas balneares mas são duas zonas de banho e assim permanecerão por mais algum tempo.

Em relação ao acesso da via rápida, se não se importa, passo a ler a informação que nos foi remetida pela Secretaria Regional porque esclarecerá melhor a intervenção que ali será realizada:

*«Relativamente a este assunto, temos a informar que já foi apresentada por esta secretaria, ao empreiteiro da obra, o novo desenho para as pinturas da circular externa de Angra. Informo que a alteração proposta pressupõe que a faixa da direita, um pouco antes do viaduto, fique destinada apenas para a entrada no hospital, sendo que a faixa da esquerda ficará afeta a outras direções.*

*Deste modo, ficam assim eliminados possíveis conflitos junto à entrada do hospital com a atual supressão de uma faixa de rodagem.»* Penso que isto é esclarecedor.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Fiquei satisfeito com a explicação da senhora presidente da Câmara, mas deixo aqui uma acheza para corrigir um pouco a intervenção feita pelo senhor representante da junta de freguesia de Santa Luzia.

Há várias soluções que, apesar de serem absolutamente legais e corretas sob o ponto de vista do código da estrada, precisam de se adequar ao local onde são aplicadas e não é por acaso que o trânsito é alvo de várias preocupações e recomendações no seio desta Assembleia Municipal.

Uma solução legal correta mas menos adequada e mais difícil de aplicar a uma situação concreta, pode ser substituída por outra solução legal correta e também dentro do código da estrada que permita facilitar a aplicação e prevenir eventuais acidentes, sejam eles por distração, desconhecimento do código da estrada ou por excesso de velocidade.

Os acidentes acontecem e existem pessoas eleitas para representarem os cidadãos, tentarem fazer as leis e corrigir os problemas; temos essa função e esse dever de trabalhar, até para os incautos.

Parece-me que a situação, tal como está, não está correta. Por muito que seja legal, tem motivado diversas preocupações por parte de inúmeros munícipes que se manifestaram nos órgãos de comunicação social e nos abordam com as suas preocupações, independentemente do partido, pelo qual, tenhamos sido eleitos. Acho salutar que a situação tenha sido trazida aqui.

Não concordo com aquela situação tal como está, mas concordo que a correção proposta pela secretaria da tutela seja feita e aplicada quanto antes porque, uma pessoa que não seja da Terceira e transite naquela via (que é uma das vias mais movimentadas na nossa ilha), circula na faixa da direita por onde se deve circular, não se apercebe que há um hospital e a faixa acaba sem qualquer tipo de sinalização, a não ser a que está pintada na estrada.

Esta alteração que vai ser feita pela Secretaria Regional parece-me de todo correta.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Bom dia, senhor presidente da Assembleia e Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e colegas deputados.

A minha intervenção contém três pontos muito rápidos e tenho pena que não esteja aqui o nosso ilustre colega João Maria, o homem que gosta de muitas coroas.

Independentemente das coroas ou dos símbolos republicanos (que, para mim, como homem da história, são factos transitórios), o que me interessa é que tenhamos aqui a bandeira nacional e a bandeira regional que já cá deviam estar aqui há muito tempo.

Há muitos anos que venho a esta Câmara e nunca vi o raio da bandeira nacional nem a regional, o que me parece uma afronta sob o ponto de vista institucional. Ficarei muito satisfeito no dia em que chegar a esta sala e vir ambas as bandeiras.

Espero que arranjem duas bandeiras de honra com tecidos nobres e não, um trapo de algodão, linho ou outra coisa qualquer. Penso que esta questão ficará sanada porque a senhora presidente já anunciou a concretização dessas intenções.

A outra questão que vou colocar tem a ver com os parquímetros. Sou um utilizador de parquímetros e devo ser muito azarento ou uma espécie de Metralha 13-13 das histórias do Patinhas, porque a verdade é que, comigo, eles funcionam mal.

Quando está a chover, meto o cartão e dá sinal de inválido; esfrego-o no *pullover* para desmagnetizar, às vezes acerto, outras não ou encontro o funcionário que me diz: «O senhor sabe, é que estamos num clima muito húmido, aqui chove um bocado e quando chove, às vezes as máquinas têm destes problemas.»

Vou a outra máquina, ela aceita o cartão. Vou a outra, mas está cheia de dinheiro porque ninguém fez a respetiva recolha a tempo e horas; como está cheia, não funciona e obriga-me a procurar outra que funcione. Vou ali para os lados da antiga Casa da Roda, (que Deus tenha em boa memória), meto o cartão, também não funciona, meto moedas, não funciona; não tem papel.

Com estes exemplos, queria pedir à senhora presidente da Câmara que, por caridade e a bem dos utentes, não nos crie muitas frustrações e tente pedir à firma que faça uma manutenção adequada às máquinas e recolha o dinheirinho a tempo e horas para que o desgraçado do utente, quando chega ao pé da máquina, presuma que ela vai funcionar e não o obrigue a

cirandar pelas ruas da cidade à procura de outra que funcione para evitar consequências como a multazinha de trinta euros, o que não é muito vantajoso, dada a crise nos tempos que correm.

O segundo assunto tem a ver com a crise. Para que conste nesta Assembleia Municipal, como homem ligado ao ensino e com algumas antigas responsabilidades na administração regional, o que talvez me dê uma sensibilidade maior, fico arrepiadíssimo quando se gasta dinheiro por razões meramente políticas ou devido a promessas e não, por razões concretas.

Nos tempos que correm, sou visceralmente contra a construção da escola de Santa Bárbara. Ao que parece, o próprio Governo Regional pôs-se fora do baralho porque, (sendo verdade o que os jornais escreveram), não considerava a obra prioritária, enquanto a Câmara Municipal de Angra, (que parece estar numa excelente situação financeira e a nadar em dinheiro), resolve concretizar uma promessa eleitoral de longos tempos e avançar com a construção da referida escola.

Parece-me um mau sinal em termos de gastos de dinheiros públicos, numa altura em que o dinheiro não existe, há apertos e constrangimentos enormes, as famílias estão cada vez com maiores dificuldades e a Câmara Municipal entende que a situação financeira é suficientemente boa para concretizar uma promessa eleitoral que lhe ficará muito bem mas que, em termos concretos e sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos, me parece bizantina e abusiva.

Gostava que isto ficasse lavrado em ata como opinião pessoal que nem sequer sei se será a opinião dos meus colegas de bancada.

**Sr. d. m. Paulo Vieira:** – Tendo ouvido a explicação da senhora presidente da Câmara referente à nova opção da Secretaria da Ciência e Tecnologia e atendendo ao que disse o senhor Luís Rendeiro que, quem não fosse dos Açores e não soubesse que ali tinha um hospital, poderia deparar-se com uma situação de perigo, não considero assim, uma vez que os sinais são europeus e a situação está salvaguardada, quer o sinal esteja colocado em Paris ou em Angra do Heroísmo.

Pegando nas palavras do senhor deputado Luís Rendeiro, essa pessoa poderia ir parar ao hospital mesmo sem querer. A solução é criar-se ali uma linha contínua que depois não permite, a quem se engane, a inserção na via de circulação.

Oxalá que, daqui a algum tempo, não haja nenhum grupo parlamentar que venha chamar a atenção porque, quem se enganar e ficar na via da direita, só terá acesso exclusivo ao hospital ou será apanhado a mudar de fila em cima da linha contínua.

**Sr. d. m. José Cipriano Martins:** – Senhor presidente, senhora presidente da Câmara, caros colegas, bom dia.

Discordo completamente com o que este senhor disse porque, com certeza, não conhece a situação da escola das Cinco Ribeiras nem da escola de Santa Bárbara. As crianças não têm nenhum espaço, além da sala de aulas. Como não foram feitas obras nas escolas antigas, agora tem que se fazer a escola.

Se o senhor for à escola das Cinco Ribeiras, verá que aquilo não é uma escola; é tudo o que lhe quiserem chamar, menos escola. É mesmo necessário construir a escola em Santa Bárbara ou uma nas Cinco Ribeiras.

**Sra. presidente da Câmara:** – Efetivamente tem havido alguns problemas com os cartões dos parquímetros. O atual contrato termina a 12 de outubro e já está a ser preparado um novo concurso público para a entrega desta concessão, prevendo-se a aquisição de novos equipamentos para que estas situações não voltem a acontecer. O cartão deixa de funcionar e a empresa não tem capacidade para corrigir o problema. Outros alertas já haviam sido feitos e o assunto fica assim devidamente acautelado.

Em relação à questão da crise e à construção da escola, cada um tem a legitimidade de ter a sua opinião. Como há dias foi referido em reunião de Câmara, não devemos ter todos a mesma opinião.

Gostaria de alertar que, até S. Mateus, temos um parque escolar com muito boas condições, o que já não acontece nos mesmos moldes de S. Mateus até aos Altares porque apenas existem escolas do Plano dos Centenários com muitos anos e completamente desadequadas às exigências do ensino atual.

Neste momento, prevê-se a construção de uma escola nova que venha substituir diversos equipamentos escolares. É muito mais difícil para a autarquia a manutenção de cinco ou dez escolas, do que apenas uma que receberá as crianças de várias freguesias. Além disto, existe agora uma importante janela de oportunidades, que são os fundos comunitários.

Com uma baixa participação da Câmara, conseguiremos dotar o concelho e esta zona da ilha, de uma melhor infraestruturas escolar. Reduziremos o número de edifícios, as crianças ficam com uma escola melhor e passa a cumprir-se a legislação em termos de exigências de pavilhões, salas de atividades diversas, etc.

Percebo a questão da crise, mas quando recorremos a fundos comunitários, este cenário reduz drasticamente, reduzindo muito mais, quando avaliado a longo prazo porque a manutenção de uma escola será muito inferior à manutenção de cinco.

## **D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 - DA CÂMARA MUNICIPAL**

**1.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 29 de dezembro a 24 de fevereiro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Como habitualmente, a informação é extensa e pormenorizada em relação ao que a autarquia vai desempenhando entre as reuniões da Assembleia Municipal.

Há dois aspetos a destacar. O Fórum Mundial da Cultura Taurina com um peso bastante significativo e que obteve resultados muito importantes, nomeadamente a instalação de uma associação dos jornalistas da área taurina que passa a ter Sede em Angra do Heroísmo e o carnaval na nossa ilha, uma tradição única e singular no mundo, que deve ser acarinhado e evidenciado.

Destacamos também a visita da embaixadora do Canadá, que veio apresentar cumprimentos, porque foram apresentados em Angra do Heroísmo, ao senhor presidente do Governo Regional e ao senhor presidente da Assembleia, portanto, foi dado destaque a Angra.

Salientamos também os apoios concedidos ao desporto que, mais do que a questão da saúde, da prática desportiva e lazer, tem um papel predominante em termos sociais porque permite aos pais a manutenção das crianças em atividades gratuitas que, muitas vezes, não o conseguiriam fazer de outra forma.

Relevamos ainda a consignação da obra do Poejo, bastante significativa em termos de abastecimento de água no concelho de Angra do Heroísmo.

Durante este período, entre ambas as assembleias, eu e o vice-presidente da Câmara deslocámo-nos a todas as juntas de freguesia, (à exceção da de S. Sebastião porque na altura teve que ser reagendada), reunimos no local e acompanhámos todos os processos que estavam em desenvolvimento, para que pudessem ser passados para nós. Um trabalho que demorou bastante tempo mas foi muito importante.

Fico à disposição para qualquer questão que me queiram colocar.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Vou repetir-me um pouco em relação ao que têm sido as últimas reuniões da Assembleia Municipal porque este relatório está cada vez mais parecido com a agenda de atividade corrente da Câmara Municipal.

No meu entender e segundo a interpretação feita pelo grupo municipal do PSD, a Câmara Municipal está no seu período de menor atividade e na maior estagnação de sempre.

Compreendo que seria difícil apresentar muitas atividades e ter muita coisa para escrever neste relatório desde a última Assembleia Municipal, até porque decorreu um curto espaço de tempo, mas parece-me que falta algo de novo que marque este mandato municipal e faça com que Angra, neste período de quatro anos, tenha alguma novidade ou algo diferente para apresentar, o que se vê desde logo, nos destaques.

Cada vez vai sendo mais difícil para a Câmara Municipal de Angra a apresentação de destaques na sua atividade. Desta vez, temos dois acontecimentos que são significativos mas não são organizados pela Câmara Municipal; são apoiados pelo município mas são organizados pelas instituições que os promovem.

O carnaval é uma organização popular espontânea e a Tertúlia é uma coletividade com sócios e uma direção que tem revelado muito dinamismo, promovendo estas atividades que prestigiam a cultura taurina terceirense.

Queria manifestar uma preocupação relativa a algumas situações de trânsito na nossa cidade. Acho que, mais do que nunca, é urgente a elaboração do estudo de trânsito. Aquando a apresentação do orçamento, critiquei o facto de o valor previsto contemplar apenas metade do

custo previsto do orçamento de trânsito. Na altura, até questioneei se seria apenas executado meio estudo.

Julgo que os problemas de trânsito em Angra têm-se agravado e o referido estudo é urgentíssimo, sobretudo porque houve e continua a haver maus planeamentos numa data de obras realizadas.

Na última reunião da Assembleia Municipal fiquei um pouco perplexo com a intervenção do meu amigo João Santos (que está agora um pouco distraído), quando saudou o modo calmo, ponderado e bem planeado como estavam a ser feitas algumas obras na nossa cidade, nomeadamente as da avenida Tenente Coronel José Agostinho, como referido na ata.

Na altura achei a afirmação estranha e estranhei-a ainda mais quando vi nas páginas do Diário Insular que, afinal, havia problemas com o empreiteiro, a obra estava atrasada e havia mau planeamento.

Vemos atrasos em todas as obras que têm sido feitas. Aconteceu na avenida Tenente Coronel José Agostinho, no Pico da Urze, na Canada dos Folhadais e nas Figueiras Pretas.

Neste momento, todas estas obras mal planeadas que estão a demorar muito mais tempo do que seria adequado e aconselhável, com transtornos para residentes e utilizadores das vias, estão também a causar uma situação muito complicada no trânsito da cidade de Angra porque todos os acessos à cidade estão condicionados.

A circular externa está condicionada pelas obras do hospital, o acesso poente à cidade está condicionado pelas obras da avenida Tenente Coronel José Agostinho e a saída da cidade pela marginal está condicionada há anos pelas obras intermináveis do hotel do Canta Galo. Desta vez nem sequer pergunto quando é que as obras acabam para não fazer sempre as mesmas perguntas nas reuniões da Assembleia Municipal.

Os acessos à cidade de Angra estão condicionadíssimos por obras que nunca mais acabam, estão mal planeadas e causam imensos constrangimentos ao trânsito que, já de si, é complicado.

Falando agora de uma obra muito esperada e desejada por todos os munícipes, que são as correções às calçadas da cidade, parece-me que a primeira rua a ser intervencionada, a rua do Salinas, já começa a ter uma demora excessiva e há lojas comerciais que se ressentem, para não falar do incómodo para os munícipes.

Devo lembrar que o PSD, aquando as obras do saneamento básico, com os seus defeitos e virtudes, pagou um custo bem alto pelo incómodo causado aos munícipes devido ao levantamento das calçadas e o encerramento das ruas ao trânsito.

Gostaria de saber se a situação financeira do empreiteiro vai permitir a conclusão das obras para não termos nas calçadas o que temos na Biblioteca Pública e num conjunto de outras obras em que as derrapagens são sucessivas e no fim chega-se à conclusão que, apesar de inúmeras derrapagens e custos adicionais aos projetos, o empreiteiro continua falido e a obra não avança.

Acho que é importante que comecemos a ter uma abordagem cada vez mais consciente e responsável por todas as obras feitas na cidade. Sobretudo é preciso planear, planear, planear.



Não se pode decidir as obras, contratualizá-las com o empreiteiro e começá-las de imediato. É preciso falar com antecedência com a EDA, com a Portugal Telecom ou com outras empresas que tenham infraestruturas envolvidas na obra para que eles próprios também possam fazer o seu planeamento e não atrasarem as obras.

Há uma outra questão que gostaria de colocar relacionada com a previsível seca que vai assolar a nossa ilha no próximo verão. Há secas e secas mas esta deve-se à falta de chuva. Penso que o senhor presidente dos Serviços Municipalizados nos poderá dar informações sobre a avaliação da operacionalidade dos furos que foram feitos para o abastecimento de água ao concelho, qual o estado das nascentes no momento e qual é a capacidade e a possibilidade de complementaridade da rede de abastecimento de água da Câmara Municipal com as redes do IROA.

No verão passado houve poucas queixas quanto ao abastecimento de água aos munícipes mas houve uma manifesta falta de água à lavoura. Seria bom que houvesse uma complementaridade de redes entre os furos realizados pela Câmara Municipal e o IROA, para que não falte água à maior fonte de rendimento e lucro na nossa ilha que é a agricultura.

Gostaria também de saber qual é a atual situação da TERAMB; se já está escolhida a tecnologia para o tratamento, se a candidatura está aprovada e se vai ser construída uma nova célula no aterro sanitário, porque não vejo que nenhuma outra solução de tratamento de resíduos venha a ser implementada antes de se esgotar a capacidade do aterro. Provavelmente terá que ser construída uma nova célula, com alguma urgência.

Relembro que os anteriores responsáveis por estas decisões viajaram muito e decidiram pouco, por isso gostaria que os atuais decidissem mais e melhor.

Reparei que foi contratada uma nova empresa para a segurança do aterro municipal e é recorrente em todos os relatórios que há atos constantes de vandalismo no muro e vedações. Devia verificar-se se seria viável a instalação de videovigilância porque, se os vandalismos são constantes, provavelmente os vândalos também serão os mesmos e assim seria fácil de os apanhar.

Há aqui uma questão que tem que ser discutida e já foi abordada na Assembleia Municipal que tem a ver com o parque automóvel situado no aterro. Penso que não haverá muitos objetos de valor que justifiquem os vandalismos, a não ser, eventualmente, as viaturas que são para ali rebocadas, apreendidas pela polícia ou à espera de um processo judicial. Ninguém lhes mexe e ficam ali a perder-se durante muito tempo.

Tenho contactado com algumas pessoas que me perguntam se não seria possível reutilizar aquelas viaturas, nem que fossem desmanteladas para peças, porque algumas chegam ali em bom estado. Mas, quando as questões legais ficam resolvidas, não há peça que se aproveite. Pela antiguidade de alguns veículos que lá estão, há peças que podem ser aproveitadas, algumas delas difíceis de encontrar no mercado.

Não sei o que a lei permite, mas há muitas formas de valorizar aquilo sem que fiquemos à espera que aquele património seja simplesmente vandalizado e fique ali a degradar-se. Acho que o desmantelamento daquelas viaturas podia transformar-se numa fonte de mais-valias para o município.

Penso que também se justifica a colocação de uma cortina arbórea no perímetro daquele aterro, que peca por ser tardia. É pena que só seja possível nos topos do aterro e não, a toda a volta do mesmo, porque, para além da redução do impacto visual, também serviria de barreira física ao esvoaçar constante dos sacos plásticos e outros resíduos para os terrenos limítrofes.

Mudando de assunto, já foi várias vezes orçamentada a construção do novo canil municipal mas nunca foi construído e no último orçamento já não estava prevista qualquer verba para esse fim. Penso que o canil deve ser intermunicipal; a Praia da Vitória também deve contribuir. É uma área que me é querida por formação profissional. É importante que esta obra se faça e se aumentem também a campanhas de animais abandonados.

Quanto às zonas balneares, também queria saudar aquela que parece ser uma preocupação da nova presidente da Câmara. O grupo municipal do PSD tem-se batido em todas as assembleias municipais por uma melhor atenção do município para com as suas zonas balneares que estão manifestamente mal cuidadas e ao abandono.

Deu para ver que a senhora presidente andou a visitar as zonas balneares do concelho e gostaria de ser eu a salientar este capítulo da atividade municipal. Acho que as nossas zonas balneares são uma das grandes riquezas do concelho e queria pedir algumas explicações quanto ao projeto de requalificação da zona balnear da Salga.

Não têm sido dadas nenhuma informação acerca do que consta desse projeto. Na área do mexerico toda a gente diz um bocadinho, parece-me que se está a prever uma alteração bastante radical à zona da Salga e gostaria que ela fosse discutida publicamente.

Não quero ser um velho do Restelo que está contra qualquer tipo de mudança, mas as alterações radicais àquilo que já é bom e bonito, devem ser discutidas e consensualizadas.

**Sr. d. m. José Gaspar de Lima:** – Senhor presidente da Assembleia, ilustre Mesa, ilustre Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados municipais, muito bom dia.

Quero destacar as visitas efetuadas pela senhora presidente da Câmara a todas as freguesias do concelho, praticamente durante um mês e meio. Estas visitas são úteis às freguesias porque a Câmara Municipal fica a par dos seus problemas mais graves e, por outro lado, as freguesias também ficam a saber o que esperar da Câmara Municipal.

Penso que estas visitas deveriam realizar-se anualmente porque a senhora presidente da Câmara ficaria assim a par do trabalho efetuado através dos protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia e ao mesmo tempo inteirava-se das necessidades de cada uma delas.

Uma vez que isto não estava destacado na informação, gostaria que ficasse registado em ata o louvor por parte da freguesia de S. Mateus e de todos os meus colegas às visitas efetuadas às freguesias pela Câmara Municipal.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Contrariamente ao que foi dito pelo senhor deputado Luís Rendeiro, gostaria de destacar a atividade municipal, elogiando o trabalho da Câmara Municipal que muito tem agradado às freguesias.

Já se falou aqui da visita da senhora presidente da Câmara com o objetivo de se inteirar das preocupações das freguesias do concelho. Acho que é de louvar e registar todo o trabalho que está a ser feito em consonância com a Câmara.

Acho que a Câmara tem respeitado a legalidade ao colocar as obras a concurso e está alheia às atitudes de vários empreiteiros e à situação económica de algumas empresas.

Louvo também a preocupação que tem havido nos últimos tempos em auscultar-se as outras empresas aquando da realização de trabalhos nas vias públicas para que tudo seja devidamente salvaguardado.

Quanto à falta de água, pelo conhecimento que tenho, o ano passado não houve falta de água na lavoura; o que houve foi uma falha eletromecânica de sistema relacionada com o IROA que nada teve a ver com a Câmara Municipal ou com os Serviços Municipalizados. Não houve falta de água.

Gostaria também de enaltecer o Fórum Mundial da Cultura Taurina, evidenciar a colaboração da Câmara Municipal e reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pela Tertúlia Tauromáquica Terceirense em prol da cultura taurina e da nossa afición.

Gostaria de destacar a intervenção da senhora presidente na semana de abertura que foi reconhecida por todos os participantes e muito elogiada pelo jornalista Joaquim Letria.

Realço também a intervenção da senhora deputada na Assembleia da República, Gabriela Canavilhas que mereceu uma ovação em pé no encerramento deste fórum em defesa da festa brava, desta cultura e de uma tradição que é muito nossa.

Por fim e não menos importante, destaco a criação de uma associação de jornalistas taurinos a nível mundial, presidida por um conceituado jornalista venezuelano e com Sede em Angra do Heroísmo, o que muito honra e orgulha quem gosta da festa taurina e todos os terceirenses em geral.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Na minha qualidade de presidente da Comissão Toponímica deste concelho, gostaria de relevar o trabalho desenvolvido pela junta de freguesia da Conceição na renovação e colocação de placas de identificação nas ruas de Angra.

Há vários anos que esta comissão tem vindo a alertar a Câmara de Angra e as respetivas juntas de freguesia para a falta de placas de identificação toponímica nas ruas da cidade.

Para nós, que vivemos cá e conhecemos profundamente a cidade, ter ou não ter uma placa é quase indiferente porque sabemos os nomes das ruas e para onde queremos ir. Todavia, para um turista ou um qualquer estrangeiro que cá chegue, mesmo que tenha um mapa na mão, sem placas identificativas, é-lhe difícil saber onde está. A colocação de placas é extremamente importante para os passeios pedestres dos turistas na nossa cidade.

A comissão toponímica propôs um tipo único de placas na zona classificada de Angra para se evitar um mostruário de placas diferentes na cidade como acontece atualmente.

Faço aqui o apelo à Câmara e às juntas de freguesia que tenham parte da sua área dentro da zona classificada, para que procedam da mesma forma que a junta da freguesia da Conceição dentro da sua área de interferência. Deixo aqui o apelo para que essas placas sejam colocadas

com grande urgência nas zonas onde não existe qualquer tipo de identificação no início ou no final das ruas.

Há tempos, dei-me ao trabalho de percorrer parte das freguesias de S. Pedro e da Sé de Angra e verifiquei que há mais de uma dezena de ruas que não têm identificação; umas ruas não estão identificadas no princípio nem no fim, outras estão identificadas apenas no princípio e outras precisavam de estar também identificadas a meio.

Vou dar-vos um exemplo: um turista que chegue ao cruzamento da rua da Rosa com a rua Carreira dos Cavalos no canto da Sé e Biblioteca, fica sem saber onde está porque não tem qualquer referência. Para nós, isto parece mesquinho porque sabemos onde estamos mas quem não é de cá, fica sem saber.

Passam imensos turistas naquele corredor. Vêm de S. Gonçalo, descem até à Sé e depois ficam desorientados. Já vi ali muitos com o mapa na mão a olharem para todos os lados sem saberem onde estão.

É de destacar o trabalho que a junta de freguesia da Conceição está a fazer nesse sentido. Não sei se já colocaram todas as placas mas, pelo menos, encomendaram-nas. Faço este apelo para que a restante área classificada de Angra, (Santa Luzia, Sé e S. Pedro), possam também desenvolver o mesmo trabalho em prol de uma identificação das ruas de Angra com uma certa uniformização nas placas.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Já que o relatório de atividades refere algumas intervenções nas escolas, gostaria de perguntar quais os custos totais já investidos na escola da Ribeirinha e se o problema da pocilga já está resolvido com o proprietário. Se está resolvido, gostaria de saber quais os custos da solução encontrada.

Como não houve inverno e o verão poderá vir mais cedo, com a aproximação da época balnear, gostaria de alertar a Câmara em relação ao parque de campismo dos Salgueiros, (se é que lhe podemos chamar parque de campismo), no sentido de disciplinar aquela zona porque aquilo está muito feio e sem qualquer estética com um monte de tendas que está para ali. Já que existe um regulamento para os parques de campismo, seria bom que ele fosse cumprido e se cortasse o mal pela raiz.

Defendo a construção da escola de Santa Bárbara ou outras que sejam úteis à população da freguesia e às freguesias vizinhas. Para mim, não importa que seja uma promessa eleitoral, desde que as escolas sejam necessárias, mas sou contra a construção de pavilhões com custos elevados como é o caso do pavilhão das Doze Ribeiras onde não há desporto, assim como também sou contra a construção de sintéticos onde não se justifiquem, como é o caso dos Leões do Porto Judeu onde não há atividade desportiva; tudo isso custa muito dinheiro.

Há um pavilhão na Serreta e vai ser construído outro na escola de Santa Bárbara para dar apoio aos alunos o que, para mim, é muito importante.

**Sra. presidente da Câmara:** – Vou responder às questões relacionadas com a Câmara Municipal e o senhor presidente dos Serviços responderá às questões sob a sua alçada.

Na sua primeira intervenção, o senhor deputado Luís Rendeiro começou por dizer que esta era a maior estagnação de sempre, que falta algo de novo mas queria referenciar que estamos a desenvolver um trabalho no qual depositamos a maior confiança.

Foi-nos «passado» um orçamento e um trabalho em desenvolvimento que constatámos que estava muito bem organizado e apresentava grande coragem política. Fazer obra para se poder inaugurar cada metro de caminho que se realiza, acaba por não resultar em nada. As obras levam o seu tempo a fazer até que possam finalmente ser anunciadas e inauguradas; não vamos anunciar cada metro de caminho.

Há aqui um contrassenso porque você começa por dizer que é a maior estagnação de sempre e depois refere que é uma inquietação para se entrar na cidade porque há obras por todo o lado. Ou está estagnado ou está em obras. Se está estagnado, não existe nada; se está em obras não está estagnado. É verdade que não estamos a anunciar cada metro que fazemos mas as obras estão a acontecer.

Por outro lado, também foi referenciado que as obras das calçadas criam problemas aos comerciantes; temos essa noção. Mas o certo é que não basta estalar os dedos para que a calçada apareça pronta de um dia para o outro. Há uma calendarização que está a ser cumprida e a correr muito bem.

Tal como foi anunciado, os contactos com as outras entidades não aconteceram *a posteriori*. Antes de se avançar para as diferentes empreitadas, contactámos as outras entidades como a EDA, os SMAH, a PT, a ZON, etc. e esses contactos permitiram-lhes programar as suas intervenções.

É verdade que aconteceram algumas situações imprevistas, como sempre acontece em todas as obras. Quando se levanta uma calçada, pode não se saber ao centímetro onde passa determinado cabo. A máquina pode intervir em determinadas zonas e noutras o caminho é aberto à mão quando se sabe que existem ali, por exemplo, tubagens da EDA. Por vezes, acaba por se arrancar um cabo por acidente, obrigando a trabalhos extraordinários que não estavam previstos, o que é perfeitamente normal neste tipo de obras.

No que toca às obras do hotel do Canta Galo, o que posso acrescentar é que tive uma reunião e sei que há uma vontade de se inaugurar o hotel a muito breve trecho, mas não me quero comprometer com datas porque não depende de nós.

Quanto à questão do canil aqui levantada, se verificarem o orçamento, verão que a sua construção ficou prevista mas a verba é residual por via de inserção em termos de saldo de gerência. Já dei essa informação porque fui questionada e é nossa intenção avançar com a obra ainda este ano.

Tal como foi dito, apesar de existirem situações muito piores do que aquela, aquele canil municipal não reúne as condições ideais e precisa de ser intervencionado; precisamos de melhores condições. O projeto está concluído e apenas precisamos de avançar com a obra. Com a inserção de saldo de gerência, esperamos melhorar as condições porque é mesmo necessário.

O que está previsto em termos do projeto de requalificação da Salga é a melhoria do solário e acessos à água, a reorganização do espaço para permitir o estacionamento e as infraestruturas de apoio como o bar e as instalações sanitárias. Quando o projeto estiver concluído, trago-o para apreciação.

Concordamos com o que foi dito pelo senhor deputado João Maria Mendes a respeito das placas toponímicas. Não há dúvidas que este passo dado pela junta de freguesia da Conceição é importante.

A delegação de competências em termos de placas toponímicas é uma mais-valia, neste caso, para a freguesia da Conceição e esperamos que tenha continuidade nas restantes freguesias porque é útil para o turismo e para a população local, mantendo-se a uniformização em termos de imagem.

Respondendo ao senhor deputado José Alberto Borges, a escola da Ribeirinha tem um custo de adjudicação de aproximadamente 4 000 000€, sendo que, 85% são comparticipados por fundos comunitários e os restantes 15% comparticipados pela Câmara Municipal.

A situação da pocilga ainda não está resolvida, por questões de tempo, porque este mês e meio foi ocupado com as deslocações às juntas de freguesia, importantes para podermos acompanhar e perceber o trabalho que está a ser feito.

Não poderia estar mais de acordo a respeito do parque de campismo dos Salgueiros; é uma situação desconfortável. Por coincidência, ontem houve uma reunião sobre esse assunto e ficou decidido que se iria preparar um projeto para regularizar a situação de uma vez por todas com a criação de um parque de campismo em condições incluindo um espaço para estacionamento.

É importante referir que isto foi decidido ontem numa reunião do Conselho de Administração mas estas coisas levam o seu tempo e não podemos dizer que a situação esteja resolvida no verão porque não há tempo para isso. A decisão foi tomada e vamos avançar com a solicitação de propostas para a elaboração do projeto.

**Sr. vereador José Hélio Ventura:** – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores membros do executivo, bom dia.

Em relação às questões da seca referenciadas pelo senhor deputado Luís Rendeiro, ainda não nos é possível programar o tempo que gostaríamos de ter, mas podemos sempre preparar-nos para o pior, procurando as melhores soluções para evitarmos situações complicadas.

O que lhe posso dizer é que, na verdade, as nascentes estão bastante abaixo do normal para esta altura do ano. Temos acompanhado toda esta situação com os dados técnicos e a informação estatística dos Serviços Municipalizados.

Posso assegurar ainda que nos últimos anos tem sido feito um investimento significativo por parte dos Serviços Municipalizados e pela Câmara Municipal no sentido de se salvaguardar um conjunto de situações referentes ao abastecimento de água ao concelho, nomeadamente a substituição de condutas.

Existiam vários troços de condutas onde as perdas de água eram muito significativas. Foram feitos importantes investimentos em furos que estão em condições de funcionamento e far-se-á a aquisição de uma bomba para o furo de S. Sebastião no sentido de se aproveitar toda a água que aquele furo é capaz de fornecer.

Está ainda a estudar-se a possibilidade da realização de algumas ligações ao *bypass*, no sentido de potenciarmos ao máximo os furos da parte nascente para o desvio de alguma água da nascente do Cabrito para a zona poente do concelho que é a mais problemática.

Em relação à rede do IROA, têm sido desenvolvidos esforços entre os Serviços Municipalizados e a Secretaria da Agricultura e Florestas no sentido de se salvaguardar essa situação.

Devo informar que, do ponto de vista da atividade agrícola, há uma exigência cada vez maior em termos de quantidade e qualidade da água. A título informativo, deixo a nota de que uma parte muito significativa da água colocada na rede do IROA ou posta à disponibilidade dos agricultores, (neste caso, cerca de 70%), não recebe qualquer tipo de contrapartida remuneratória por parte dos seus beneficiários.

O projeto da TERAMB foi recentemente revisto, reformulado e entregue na sua última versão a 19 de fevereiro sendo que o prazo limite era até ao dia 20 desse mês. Esta reformulação prende-se com alguma informação que só agora recebemos; ficámos agora a saber que há um enquadramento e uma dotação orçamental de cerca de 30 000 000€ de participação a fundo perdido no âmbito do POVT (Programa Operacional de Valorização do Território).

O processo tem sofrido alguns avanços e recuos e a taxa de participação dos fundos comunitários vai situar-se nos 85%. Havia dúvidas se o bolo global seria absorvido por várias entidades e, se assim fosse, poderia superar a dotação orçamental.

O projeto está numa fase em que se pode desenvolver, já foram estabelecidos alguns contactos com instituições bancárias e estamos em condições de poder consolidar esse procedimento, ou seja, para que o projeto avance, é necessita uma participação própria de cerca de 5 000 000€, os tais 15%.

Tínhamos estabelecido contactos com a banca e havia alguma abertura para uma análise ao projeto mas não há o compromisso final sobre o empréstimo para a sua viabilização.

Procurámos um processo sustentável com vista à transformação dos resíduos urbanos em energia, no sentido de se evitar a abertura infinita de células e a acumulação de resíduos sólidos. Este projeto vem superar essa situação no sentido de serem criadas, para as gerações vindouras, condições substancialmente diferentes das que vivemos hoje.

Entendemos que neste momento não é necessário proceder-se à construção de nenhuma célula. Existem condições para que nos próximos dois anos se mantenha o depósito nos espaços que estamos a utilizar neste momento e esperamos que até lá, o projeto esteja em execução na sua fase final.

O senhor Luís Rendeiro questionou também se já estava definido o processo de valorização energética. Segundo as pessoas que analisaram essa matéria com mais pormenor, há uma tendência, que não é definitiva, para o processo de pirólise/gaseificação/oxidação mas só quando for desencadeado o concurso público é que será definido esse processo final de valorização energética, estando em contratação uma assessoria para esse fim.

Em relação à vigilância no aterro sanitário, existe um circuito de videovigilância, não lhe posso dizer quantas pessoas foram detetadas a entrar lá mas posso apurar essa questão de

futuro. Penso que a videovigilância não se encontrará em todos os pontos do aterro mas está no parque onde se encontram estacionadas as viaturas que foram apreendidas.

Em relação a essas viaturas, temos que respeitar os prazos legais porque algumas delas estão apreendidas pelo tribunal, outras dependem de processos que não estão devidamente esclarecidos e há outras situações em que devemos notificar outras pessoas que são os proprietários que constam dos registos.

A TERAMB tem desenvolvido um processo com vista à valorização daquelas viaturas. Por um lado, temos que resolver o problema porque não temos necessidade de as termos ali e se as retirarmos, o aterro ficará com melhor aspeto.

Por outro lado, a TERAMB não pode proceder à venda de peças porque existem empresas licenciadas para o efeito. Quando as viaturas são desbloqueadas do ponto de vista legal, há um procedimento com vista à sua alienação e existem duas empresas que poderão ficar com elas. É essa a tramitação que tem vindo a ser seguida.

Em relação à arborização, procedemos a uma plantação mas poderei esclarecer a questão futuramente com mais pormenor.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados e senhores presidentes de junta, bom dia a todos.

Antes de falar dos apoios ao desporto referidos nas atividades da Câmara e que merecem ser realçados, gostaria de dizer ao senhor deputado Luís Rendeiro que discordo do que disse sobre a falta de destaques e criatividade deste executivo no documento que nos foi apresentado.

Qualquer sistema político que é feito de *inputs*, solicitações da gestão dos recursos existentes com criatividade, visão política e determinação, gera muito menos *outputs* porque os recursos são limitados e este executivo tem feito um trabalho que me parece importante.

Muitas vezes esquecemos que, além das atividades que aqui vêm descritas, há coisas do dia-a-dia que vão sendo cumpridas, como o número de emissões do cartão do idoso que têm aumentado, assim como as pessoas que têm beneficiado da teleassistência.

Há todo um trabalho diário invisível e nem tudo o que é obra está à vista. Podemos fazer uma obra de saneamento básico que não é visível porque está completamente debaixo de terra e não deixa de ser uma obra importante.

Não quero que pensem: «lá está ele a ser politicamente correto» mas temos que sê-lo sempre e não devemos confundi-lo com o «partidariamente correto». Falo do tom jocoso com que a anterior presidente de Câmara foi aqui mencionada e da maneira como foi dito, se a senhora é mais ou menos bonita e se devia aparecer mais ou menos vezes no jornal. Acho que seria importante referirmo-nos a este tipo de situações quando as pessoas estão presentes para se defenderem.

O senhor deputado Luís Rendeiro é um homem do desporto, conhece a importância da atividade desportiva, assim como outras pessoas de outros grupos parlamentares que estão



ligados a essa área e conhecem as dificuldades que o setor atravessa, também pela falta de recursos, e o impacto social e económico que o desporto tem em qualquer comunidade.

Realço o facto de este novo modelo de apoio contar com mais clubes. Há menos verbas para cada um que, (como a senhora presidente da Câmara teve a oportunidade de explicar publicamente), decorre do facto de haver mais clubes inscritos.

Foram respeitados todos os atuais critérios que foram aprovados por unanimidade pelo executivo camarário e discutidos com os diversos clubes. Não sendo um sistema perfeito, parece-nos justo, uma espécie de vasos «comutantes», que acaba por se equilibrar ao indexar-se o apoio baseado nas componentes de formação e da competição. Havendo mais clubes, cabe menos a cada um, apesar de ter havido um reforço da dotação financeira.

É também de realçar que houve, por parte deste executivo, um cuidado de garantir que, ao abrigo destes novos critérios, benéficos para alguns clubes apesar de terem perdido dinheiro, nenhum ficou com uma dotação 75% inferior ao que já tinha. Esta é uma cláusula transitória que acaba por salvaguardar os interesses dos clubes e não os deixar numa situação financeira insustentável de um momento para o outro.

Este novo quadro de apoio beneficia mais de mil atletas em vinte e uma equipas. É um esforço substancial e representativo da juventude e de quem pratica desporto no concelho de Angra. Além destes apoios financeiros há também uma complementaridade da parte da própria Câmara com apoios em espécie.

É de referir também que o ano passado havia uma dotação provisional de cerca de 300 000€ apesar de a dotação efetiva que temos este ano ser de 250 000€, superior àquela efetiva do ano passado; é uma situação que decorre de questões legais a que o país está obrigado devido à *troika*, uma redução de 15%.

É legítimo que nos questionemos sobre o retorno que o concelho obtém desse tipo de apoios que não será completamente mensurável mas quem está na área do desporto sabe que há um retorno económico por parte das equipas que nos visitam, dinamizando o mercado da restauração, das pequenas unidades hoteleiras, como as residenciais e pensões, acabando por dinamizar o tecido económico do concelho.

O impacto social do desporto é inegável. Ainda ontem foram referidos ótimos exemplos na freguesia do Posto Santo, em que o aumento da prática desportiva numa freguesia, com a concordância dos pais e encarregados de educação, contribui objetivamente para a promoção de hábitos de vida saudável, acabando com alguns problemas sociais e permitindo também aos jovens praticarem desporto de forma gratuita.

Parece-me que é um contributo importante, efetivo e claro para o concelho. Certamente que todos desejaríamos que fosse um pouco mais, mas conhecemos a época de crise e contenção que estamos a atravessar. Apesar disso, este ano a Câmara aumentou a dotação nos apoios, um contributo deste executivo camarário que me parece importante de realçar.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhora presidente da Câmara e membros da vereação, senhores deputados.

Indo ao encontro do que o senhor deputado Luís Rendeiro disse a respeito das dificuldades de acesso à cidade, lembro que, numa das recomendações que apresentámos na última sessão da

Asssembleia Municipal, referimos a necessidade da coordenação entre as obras e projetos apresentados pelas diversas entidades para que não acontecessem situações como as que aconteceram há uns meses e continuam a acontecer, em que as entradas e saídas da cidade, pelo menos do lado poente, estavam completamente fechadas. Essa proposta não foi aprovada devido aos votos contra do Partido Socialista, mas foi votada favoravelmente pelo PSD e pelo CDS-PP.

Essas articulações são necessárias para que se evitem erros altamente prejudiciais que, muitas vezes, conseguem resolver-se com desfasamentos de quinze dias. Quero deixar isto bem claro e lembrar aos membros desta Assembleia Municipal que estes assuntos também são debatidos nesse plano.

A respeito das referências jocosas, se fazem parte de um bailinho, são carnaval; se provêm da oposição, estão mal. Voltamos ao mesmo que realcei na última sessão da Assembleia Municipal sobre o mau estar ou a má vivência que alguns setores do Partido Socialista têm com a crítica: nem sequer conseguem aceitar a crítica jocosa. Qualquer dia vemos o ridículo de alguém achar o carnaval insultuoso.

Quando algum comentário é feito de forma jocosa serve para aligeirar a pressão que possa existir em comentários de tom mais sério; seria bom que fossem entendidos dessa maneira e não como faltas de respeito, porque reservaremos o nosso direito à crítica.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Senhor presidente, peço a palavra só para clarificar a questão levantada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, porque imagino que me tenha atacado indiretamente dizendo que há falta de atitude democrática por parte do PS em relação aos outros partidos.

Senhor deputado Nuno Melo Alves, o que se está a passar aqui dentro não é um bailinho de carnaval! Isto não é um bailinho de carnaval; isto é a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo!

Uma coisa são as considerações políticas ou partidárias por parte dos senhores deputados sobre a anterior presidente de Câmara, outra coisa é referirem-se à senhora, se ela fica melhor ou pior em fotografias de jornal.

Não tenho dificuldade que me diga que o anterior trabalho foi uma desgraça ou que apresente todos os factos e mais alguns para nós rebatermos se pudermos. Estava a falar-lhe de questões completamente laterais à política e sei que compreenderá isso. Muito obrigado, senhor presidente.

**Sr. d. m. João Santos:** – Bom dia senhor presidente, Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros colegas deputados.

O senhor deputado Nuno Melo Alves generalizou sobre o Partido Socialista. Não deixo de estar de acordo com a necessidade de alguma elasticidade de vez em quando nos comentários que se fazem, mas penso que o que o senhor deputado Fábio Vieira referiu é que às vezes os comentários descem para um nível em que são perfeitamente dispensáveis.

Às vezes, faz intervenções num estilo que não lhe reconheço e não acredito que o senhor o venha a adotar. É mais o estilo e a forma, do que propriamente o conteúdo em forma de

gracejo ou outra mais séria. É claro que são aceites variadíssimos estilos mas há estilos e estilos.

Isso de não se fazer investimento num local onde não existe prática desportiva parece uma coisa muito simples, mas também não é muito fácil que haja prática desportiva onde não há investimentos em infraestruturas.

O Pelé e o Eusébio aprenderam a jogar à bola na rua com laranjas e bolas de trapos mas, felizmente, já vivemos noutros tempos. Se não deve haver um despesismo e um investimento em excesso, também não será pelo facto de não haver prática desportiva num determinado local que não se deve investir em infraestruturas porque sabemos que o investimento nas infraestruturas mínimas leva ao início ou ao aumento da prática desportiva. Não é fácil praticar desporto onde não há sítio para o fazer.

Senhor deputado Luís Rendeiro, o senhor percebeu perfeitamente o que eu disse quando referi que me agradava a forma programada e planeada como as obras estavam a ser feitas. Não é exclusivo seu o facto de achar que as obras demoram muito tempo; todas as obras demoram muito tempo ou mais tempo do que seria desejável. As obras da avenida Tenente Coronel José Agostinho, as obras da via rápida ou da nossa casa, todas demoram sempre tempo demais.

Às vezes dou por mim parado num determinado local a pensar: «eh pá. Porque é que esta obra não é como aquela que eu vi em Espanha onde trabalham vinte e quatro sobre vinte e quatro horas e asfaltam vinte e cinco quilómetros de autoestrada em oito dias?» É uma questão de se ponderar o custo/benefício. Acha que é comportável a realização de uma obra, trabalhando vinte e quatro sobre vinte e quatro horas?

O que eu disse foi que se estava a articular com todas as entidades, daí a nossa posição relativamente à recomendação do CDS-PP porque se tratava de um processo que já estava em curso.

Se me disser que houve atrasos que não deveriam ter acontecido, certo! Houve uma demora que poderia ter sido evitada? Eventualmente! Houve entidades que não cumpriram aquilo a que se comprometeram... talvez!

Agrada-me a forma como a obra foi planeada e a diferença relativamente a outras, em relação ao que é programado para a realização da obra. Às vezes, as obras demoram muito tempo mas depois esquecemo-nos do produto final.

Foi aqui sobejamente criticado o tempo que as obras de recuperação do jardim de Angra estavam a demorar; no entanto, o resultado é exemplar e nunca ninguém o referiu! Talvez tenha valido o tempo de espera e o cuidado com que a obra foi feita para termos aquele produto final. Se calhar, afinal há tempos de espera que valem a pena; foi isso que lhe quis dizer.

A atenção que o executivo camarário do PS tem tido relativamente aos espaços públicos como é o caso das zonas balneares? Às vezes, pela forma como fala, o senhor parece um turista que aterrou agora na ilha Terceira vindo não sei de onde!

Não podemos comparar uma zona balnear que está despida dos seus equipamentos durante o inverno com o que ela é no verão. No último verão, tão grandes críticas você fazia às zonas balneares do concelho de Angra!

Como é que tem aumentado o número de bandeiras azuis no concelho? Que equipamentos é que faltam nas zonas balneares? Tem, ou não tem sido feito um investimento crescente de ano para ano?

Gostava que me desse exemplos de outros locais com a mesma tipologia que conheça em Portugal, na Europa ou no mundo em que as zonas balneares tenham condições que não existam nas zonas balneares do concelho de Angra. Dê-me esses exemplos!

Relativamente à atenção do executivo camarário para com os espaços públicos, ainda há pouco, antes do início desta reunião da Assembleia Municipal, tive a oportunidade de falar com o senhor presidente da junta de freguesia da Sé, felicitando-o também a ele (porque, certamente, a junta de freguesia não estará alheia a isso), pelo exemplo que é a zona verde do Relvão.

Aquele espaço é um exemplo em qualquer sítio do país, da Europa ou de qualquer outra parte do mundo. É um exemplo de acompanhamento, de limpeza e de condições para lazer e tempos livres; um exemplo em tudo!

Falei há pouco sobre isso com o senhor presidente da junta de freguesia da Sé. Não é por ser um presidente de junta de freguesia do PSD que deixo de o dizer aqui e certamente o executivo camarário não está alheio. Felizmente, o Relvão não é exemplo único.

É preciso estabelecer uma linha de ação na realização de obras e iniciativas, mas parece-me que a oposição também deve encontrar um rumo e definir uma linha.

Ora não há obra e há falta de investimento, ora a cidade está bloqueada por obras. Ora há falta de investimento, ora existe despesismo. Ora o relatório é pobre e há falta de criatividade ou é fantasioso e vem empolar obras que não têm essa dimensão. Ora queremos uma escola em Santa Bárbara mas deve ser uma escola maior, ora, afinal, já não queremos uma escola em Santa Bárbara e o investimento é despesista.

Senhor deputado. Quando é para criticar, tudo serve e não se olha a meios para atingir fins. Quando toca a criticar a anterior presidente da Câmara, este executivo camarário é alvo de todos os elogios e só falta elogiar a *toilette* e a forma como a senhora presidente da Câmara vem vestida.

**Sr. presidente da Mesa:** – Tem a palavra a senhora deputada Rita Andrade com direito a duas intervenções.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Duas? Só preciso de uma. Muito obrigada.

**Sr. presidente da Mesa:** – ... Pelo seu estado, obviamente.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Ah! Muito obrigada. Já me está a custar estar sentada mas daqui a bocado levanto-me para a senhora presidente.

Antes de mais, quero saudar a nova equipa da Câmara Municipal e desejar que tenham muito sucesso para levarem este concelho a bom porto.

Não sei se os senhores deputados Fábio Vieira e João Santos estavam distraídos, mas quem falou da beleza da anterior presidente da Câmara não foi ninguém da bancada do PSD nem do CDS-PP. Ao responder, a senhora presidente da Câmara é que falou na possibilidade de a

antiga presidente ser mais ou menos bonita do que ela mas não vale a pena discutir mais esse assunto.

Deixo aqui uma abordagem em relação à recente intervenção do senhor deputado João Santos a respeito das obras que não são, necessariamente, investimento; podem ser obras desnecessárias e julgo que foi nesse sentido que falou o meu colega e líder Luís Rendeiro. Às vezes, há obras que são desnecessárias e, por isso, despesistas.

Passando à minha intervenção sobre a Ordem dos Trabalhos. Relativamente às páginas 25 e 26, na parte dos contratos, adjudicações e situação atual, pretendia um esclarecimento sobre três ajustes diretos: o 19/2012, aquisição de aluguer de máquinas para o ano 2012 no valor aproximado de 160 000€, o 22/2012, ajuste direto para a aquisição de segurança para o ano 2012 à empresa PROWISE, no valor aproximado de 92 000€ e o ajuste direto 30/2012, serviços de assessoria, que está a decorrer neste momento, no valor de cerca de 32 000€.

Dado que estes valores estão acima dos 75 000€, valor que está previsto no código de contratos públicos, apesar de haver exceções, queria que me explicassem qual o suporte legal para a escolha do procedimento de ajuste direto nestas três adjudicações.

Na página 48, relativa os Serviços Municipalizados, se fosse possível, gostaria que a informação da secção da contratação pública aparecesse como a da Câmara Municipal, mencionando o preço base, as entidades contratadas e as vencedoras.

Há umas adjudicações que têm o valor do contrato e há outras em que esse valor não aparece, umas mencionam quem ganhou e outras não. Gostaria que, da próxima vez, a informação viesse com mais detalhe, como a informação da Câmara na página 25.

Na página 58, relativa à situação financeira do município, refere na alínea c) que o total da despesa teve uma execução na casa dos 149%, acima do previsto inicialmente. Queria perguntar se este será um presságio para o resto do mandato ou se deve à situação da gestão por duodécimos que justifica estes quase 150% acima do que estava previsto.

Por fim, na página 62, relativa ao endividamento, está aqui a informação de que o endividamento líquido no fim do terceiro trimestre se cifra na ordem dos 96%, ou seja, para o último trimestre, ficaríamos reduzidos a 4%. Pergunto se ficou algum compromisso por honrar, dadas estas limitações de endividamento no último trimestre do ano 2011.

**Sr. d. m. Hélio Vieira:** – Senhor presidente, senhores deputados, senhora presidente da Câmara, elenco camarário, muito bom dia a todos.

Quero congratular-me com as declarações da senhora presidente a respeito da escola e pavilhão de Santa Bárbara.

Quanto às declarações do senhor Manuel Conde, uma pessoa que pertence ao ensino e argumenta que não é preciso uma escola para aqueles lados, é porque não conhece as instalações escolares daquela zona e a desvantagem das crianças daquelas quatro freguesias em relação a outras partes da ilha.

**Sr. d. m. Paulo Vieira:** – Acho que não é justo desvalorizar o papel do executivo camarário, em termos do carnaval; fazer isso é esquecer que o Teatro Angrense é um imóvel que

pertence ao município e esteve aberto durante quatro dias, proporcionando bons momentos de cultura popular na sua forma mais original.

Gostaria de enaltecer o papel do executivo camarário por estarem de portas abertas e queria comunicar algumas considerações que me foram transmitidas por alguns munícipes, nomeadamente a compra dos bilhetes *on-line* que trouxe maior comunidade.

Também me foi transmitido o agrado por parte de algumas danças por ter sido sempre assegurado um local de estacionamento no Largo Prior do Crato, permitindo umas atuações mais calendarizadas.

De um total de 55 danças e bailinhos, é de enaltecer que 37 tenham passado pelo Teatro Angrense o que é uma percentagem muito significativa, daí que não seria justo nem de bom-tom desvalorizar os bons momentos de cultura popular que assistimos no Teatro Angrense.

**Sra. d. m. Eduarda Borba:** – Não vou falar de teatro porque já muita gente aqui se dignou falar do carnaval que representa bem a nossa arte popular. Também não vou falar da roupa da senhora presidente mas vou cumprimentá-la pela coragem e humildade com que se tem empenhado neste seu novo cargo.

Vou falar de uma obra na rua José Bruno Carreiro. Gostaria de saber para quando a remodelação das condutas e ramais da rede de distribuição de água e qual o contrato estabelecido com a empresa que fez a obra, que está pronta em termos de remodelação das condutas, mas a rua ficou toda remendada. Gostaria de saber se vai ser toda alcatroada de novo ou se vai ficar assim como está.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – A senhora presidente, na página 2 do seu relatório, refere a assinatura de um protocolo com o regimento. Gostaria que explicasse o conteúdo desse protocolo.

Há um troço na Terra Chã, entre o Império e os Dois Caminhos, onde as condutas de água rebentam constantemente por serem bastante antigas, penso eu. Gostaria de saber se os Serviços Municipalizados já fizeram o levantamento dessa situação e se tencionam intervir brevemente naquela zona.

Gostaria de fazer também um pedido veemente à senhora presidente da Câmara sobre uma situação grave, que já apresentei anteriormente, em que me disseram que se iria resolver. Refiro-me à falta de pintura nas passadeiras de peões da Praça Almeida Garrett, sobretudo naquela que liga o Snack Bar Petiskaky à praça, na passadeira da esquina do edifício dos serviços florestais para a mesma praça e numa outra que se apresenta em piores condições e que liga o edifício da inspeção do trabalho ao santuário da Conceição.

Nesta última, praticamente não se vê a tinta e eu já presenciei duas situações que quase resultaram em atropelamento. Os estudantes atravessam a passadeira normalmente porque já estão habituados e sabem que ela está ali, mas algumas pessoas não se apercebem dela porque não existe o sinal vertical e muito menos, a tinta na horizontal.

Independentemente daquela rua vir a ser asfaltada brevemente, não custa nada pegar num balde de tinta e pintar aquilo porque tudo o que seja investimento na segurança das pessoas e prevenção de acidentes é sempre bem-vindo.

**Sra. d. m. Alódia Costa e Silva:** – Quando a senhora presidente, em resposta ao senhor deputado José Alberto Borges, se referiu aos 4 000 000,00 € gastos na escola da Ribeirinha, estava a incluir o valor da empreitada de arruamentos e o valor da empreitada para o movimento de terras e muros de suporte? Porque é que estas duas empreitadas não foram incluídas na empreitada inicial?

Quando se faz a previsão de uma empreitada, normalmente tenta-se incluir o maior número de trabalhos possível, nem que seja por uma questão de economia processual e de contenção de custos.

Vemos que há a empreitada da escola da Ribeirinha, depois há mais uma empreitada de arruamentos e mais uma para movimento de terras e muros de suporte. Parece que estas coisas não foram previstas inicialmente e a empreitada não foi vista como um só bolo.

Queria também perguntar ao senhor vereador José Hélio se podemos considerar que o projeto apresentado pela TERAMB já foi aprovado pelo DREPA.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não há mais inscrições nesta primeira volta. Há duas inscrições na segunda volta, o senhor deputado Luís Rendeiro e o senhor deputado José Alberto Borges...

Senhor deputado, vamos ser muito claros. Não tenho qualquer tipo de problema; toda a gente se pode inscrever. Se acham que é razoável, inscrevam-se. Interrompemos os trabalhos agora e recomeçamos às duas horas, numa sessão que podia ter terminado há uma hora, nas calmas. Os senhores deputados é que sabem. Não quero impedir ninguém de se inscrever nem de falar. Se entenderem que se devem inscrever, porque é muito importante, inscrevam-se.

Na primeira volta inscreveram-se os senhores deputados: Luís Rendeiro, José Gaspar, António Alves, João Maria Mendes, José Borges, Fábio Vieira, Numo Melo Alves, João Santos, Rita Andrade, Hélio Vieira, Paulo Vieira, Eduarda Borba, João Tavares, Guilherme Melo, Alódia Costa e Silva...

**Sr. d. m. João Tavares:** – Senhor presidente, o senhor saltou porque eu não intervim.

**Sr. presidente da Mesa:** – Se não foi chamado, foi por esquecimento porque estava inscrito. Peço desculpa, devo ter saltado. Julguei que tivesse sido chamado. É o único que se tinha inscrito na altura própria e não foi chamado mas essa inscrição será considerada.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Senhor presidente é só para dizer que a bancada do PSD não se opõe a que as pessoas que entendam intervir o façam, porque o regimento prevê que cada deputado municipal tenha os seus tempos individuais para intervir. Se os deputados pedem o uso da palavra é porque acham que têm algo importante para dizerem. Não nos opomos a que todas as pessoas utilizem os seus direitos regimentais.

**Sr. presidente da Mesa:** – Como já referi, não tenho qualquer tipo de problema em prolongar esta sessão até amanhã, se for necessário. Se entenderem que têm muita coisa importante para dizer, podem fazê-lo.

Estão inscritos para a segunda volta, os senhores deputados: João Tavares, Jorge Belerique, António Maio... Podem inscrever-se novamente porque enquanto não se inscreverem todos, isto não fecha.

A senhora presidente da Câmara vai responder aos senhores deputados que já intervieram, depois vamos interromper os trabalhos e recomeçamos a seguir.

**Sra. presidente da Câmara:** – Senhora deputada Rita Olaio, não sei se tem tido oportunidade de assistir às reuniões de Câmara que têm sido extremamente discutidas e participadas por todas as partes.

Independentemente das cores políticas, tem havido um esforço conjunto para que haja discussão e participação em cada assunto reposto no sentido de se acharem novas soluções. Todos participam, contribuindo com o que consideram útil e daí têm saído resultados e iniciativas conjuntas.

Apesar das transferências para a Culturanga serem feitas mensalmente, deliberou-se que as mesmas seriam feitas trimestralmente e em janeiro seria feita uma transferência maior do bolo, sem alteração do valor total anual; essa transferência está aqui reportada.

Perguntou também se isso seria um presságio. Espero que seja um presságio para que as reuniões continuem a ser participativas, discutidas e que continuemos a ter este entendimento.

Esta iniciativa da dotação de maior verba no primeiro mês, nem tão pouco partiu do Partido Socialista e foi aceite por todos; daí, este resultado maior da despesa no mês de janeiro que será diferente nos meses seguintes.

Também questionou se havia algum compromisso por honrar; que eu saiba, não. Os compromissos estão todos honrados e a situação está equilibrada.

Quanto à questão da senhora deputada Alódia sobre a escola da Ribeirinha, o valor aproximado de 4 000 000,00 € refere-se à adjudicação; no entanto, apareceram algumas situações em obra e quando aparece uma situação destas que vai representar maior custo, tenta-se equilibrar com trabalhos a menos para que, em termos de despesa, a escola se situe no valor inicialmente previsto.

Quando há trabalhos a mais, a equipa projetista e o empreiteiro esforçam-se por encontrar outras soluções arquitetónicas no local que equilibrem as contas, de modo a não se exceder este montante, um trabalho que tem sido sucessivamente presente em reunião de Câmara. Algumas situações estavam previstas inicialmente mas foram aparecendo outras.

**Sr. vereador José Hélio Ventura:** – Começando pelo fim, o projeto da TERAMB ainda não está aprovado como referi na minha primeira intervenção; só avançará para uma fase de análise e aprovação quando estiverem assegurados os capitais próprios da empresa com vista à viabilidade desse mesmo projeto no âmbito de um programa nacional, o POVT (Programa Operacional de Valorização do Território).

Em função das dotações de investimento de cada projeto, há uma avaliação que é feita também a nível nacional por parte do departamento do Governo Central em relação a matérias de fundos comunitários.

Relativamente à situação da rua doutor José Bruno Carreiro, o que se passa é que foi colocada uma asfaltagem provisória a frio na zona intervencionada, porque, em termos técnicos, nem sempre é possível uma asfaltagem a quente para áreas relativamente pequenas e a empresa



que tem condições para fornecer asfalto a quente na ilha Terceira só coloca o seu equipamento a funcionar para intervenções mais alargadas.

Estimamos que, quando houver um conjunto mais alargado de intervenções a quente, aquele asfalto seja retirado e substituído por outro a quente com condições idênticas ao que lá estava e ao que confina com aquele percurso, sem prejuízo de outro tipo de análise nem da possibilidade da repavimentação global da via.

No que toca ao percurso entre o Império da Terra Chã e os Dois Caminhos, a situação está tida em conta e quando existirem condições de enquadramento com o pavimento daquele percurso, os Serviços Municipalizados estarão atentos e farão a respetiva intervenção. O registo está feito, a situação está identificada e é uma preocupação que temos presente.

Em relação à última questão que tem a ver com a aquisição de serviços por parte da TERAMB, essa aquisição foi feita por ajuste direto após consulta a várias empresas e está nos termos da lei. Neste caso particular, o ajuste direto pode ir até 193 000,00 € e nenhuma das situações referidas ultrapassa esse valor.

**Sr. presidente da Mesa:** – Peço aos senhores líderes parlamentares que se desloquem até junto da Mesa.

*Pequena conferência de cerca de dois minutos entre o senhor presidente da Mesa e os líderes dos três grupos municipais.*

**Sr. presidente da Câmara:** – Gostaria de esclarecer a questão das passadeiras da praça Almeida Garrett, colocada pelo senhor Guilherme Melo que tinha ficado esquecida.

Há situações dessas em todo o concelho, em que as passadeiras vão-se apagando ao fim de algum tempo de utilização e está a ser preparada uma empreitada para a pintura de algumas delas. No entanto, por se tratar de uma escola, vamos analisar essa situação em particular para verificarmos se há necessidade de uma intervenção.

**Sr. presidente da Mesa:** – Após esta conversa em conferência de líderes, concluímos que vamos ouvir as pessoas inscritas, continuaremos os trabalhos pelo menos até à 1 hora da tarde e depois faremos a avaliação final.

**Sr. d. m. João Tavares:** – Muito boa tarde a todos. Queria fazer um esclarecimento muito rápido a respeito da intervenção do senhor deputado José Borges sobre os investimentos da Câmara Municipal nas freguesias que contribuem para o desenvolvimento global do concelho, em vez de se concentrarem no centro da cidade.

Foram feitos vários investimentos no Porto Judeu que estão a ser rentabilizados. A respeito do campo de jogos dos Leões, o clube não tem equipa. Mas, que eu saiba, o equipamento desportivo não está fechado. Se calhar, o senhor devia ter-se informado melhor antes de dizer o que disse.

O campo está a ser utilizado pelas seleções da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, pelo Angrense e pelos veteranos do clube. Existem cinco treinos por semana, o equipamento é utilizado todos os dias e o investimento está a ser rentabilizado.

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Vou tentar respeitar o compromisso de ser rápido, respondendo de forma muito simples ao colega e amigo João Santos que lançou um repto à nossa bancada.

Registo com agrado que a bancada do Partido Socialista esteja satisfeita com as obras que estão a ser desenvolvidas no concelho mas espero que seja apenas uma questão política e que desejem muito mais porque sabe a pouco.

Estranho os exemplos que o líder da bancada do PS traz a esta Assembleia sobre o bem que se faz no concelho ao nível das zonas balneares e do Relvão e gostaria de lhe dizer que, ao longo dos anos, temos aflorado esta questão aqui na Assembleia.

Estranho que vocês estejam satisfeitos com as zonas balneares porque, em bom rigor, acho que nenhum município está satisfeito com elas. Em qualquer altura devemos desejar sempre mais porque o que temos não é bom.

Na última Assembleia demos vários exemplos do que não está bem e do que falta e isso está registado em ata. Se quiser, posso repetir essa lista exaustivamente mas não o vou fazer a bem da contenção de tempo; ainda há pouco, aqui fora, tive a oportunidade de lho dizer.

Quanto aos exemplos sobre onde se faz melhor, não precisamos de ir para a Madeira, para o resto da Europa ou para o resto do Mundo; basta vermos alguns exemplos no concelho vizinho e em qualquer concelho da ilha do Pico onde se faz muito melhor do que fazemos aqui.

Se não se faz mais, porque não se conhece melhor, acho que seria bem empregue o dinheiro que se poderia gastar em deslocações e uma visita guiada a alguns destes concelhos para que se visse o que lá se faz. Se precisarem dos tais exemplos, podemos dá-los, mas já estão em ata.

Oh, senhor deputado! O senhor dá-me o exemplo do Relvão como um exemplo de excelência! Consigo subscrever isso, no que respeita ao asseio, cuidados de limpeza e manutenção, mas em termos de planeamento e estruturação falta muito. A senhora presidente sabe disso porque há vários anos que falamos sobre o que falta no Relvão. Do que estava planeado, só foi regularizado o piso. Ainda falta muito, senhor deputado.

Faltam os sanitários. A antiga presidente assumiu o compromisso de que os que lá estavam seriam temporários. As pessoas têm que subir algumas dezenas de degraus, o que não é nada fácil, especialmente para os mais idosos.

O coberto arbóreo daquele espaço é do mais escasso que existe. Existem ali umas pérgulas que estão de pé há meses ou anos e ninguém sabe exatamente para quê. Estão lá aquelas colunas de pé, uma solução que soa a encapotada, envergonhada. Se aquilo é um exemplo do melhor que se faz no concelho, acho que merecemos mais.

**Sr. d. m. António Maio:** – Cumprimento a Mesa, a senhora presidente da Câmara, os senhores vereadores e os colegas deputados municipais.

Achei que seria oportuno fazer algumas considerações sobre o facto de a senhora presidente ter inserido também no seu relatório da atividade municipal a informação relativa à atividade financeira da Câmara, um sinal de transparência e compromisso para com a própria

Assembleia, numa época de fortes restrições financeiras como a que atualmente vivemos com constrangimentos vários a nível financeiro.

Este ano de 2012 é um ano de grande aperto, sobretudo ao nível do poder autárquico, devido às transferências do orçamento de Estado e de grande rigor da execução orçamental, por via do ajustamento financeiro que está a ser efetuado com a *troika*.

Faz todo o sentido que este executivo camarário nos vá informando pontualmente em cada uma das reuniões sobre a respetiva execução orçamental. É verdade que só temos dados referentes ao mês de janeiro, o que é muito pouco, mas esse mês é particularmente favorável.

Há aqui um indicador que preocupa sempre quem mais trabalha com números e que tem a ver com as receitas correntes, porque essas têm diretamente a ver com a atividade gerada no dia-a-dia do concelho e com receitas que resultam da gestão corrente do município. Temos um desvio favorável de 9% no mês de janeiro, face ao orçamentado, e os impostos diretos geraram uma receita e um acréscimo significativos.

Há pouco, falava-se num bom ou mau presságio no campo das despesas; neste caso é um bom presságio e oxalá se cumpra nos meses seguintes. Tenho sempre algumas dúvidas porque, como é sabido, há uma desaceleração da atividade económica com efeitos negativos ao nível da arrecadação de impostos. Isso não se verificou em janeiro e oxalá essa situação se perpetue nos meses seguintes, pois seria muito bom sinal.

Também vimos que o nível de execução relativamente às despesas de capital foi bastante significativo, crescendo muito ao que estava previsto, como já foi explicado pela senhora presidente.

Houve um grande consenso partidário que veio em boa hora e não fazia qualquer sentido que se transferisse para a Culturangra a responsabilidade de atividades de grande impacto ao nível do concelho e não se fizesse o adequado financiamento.

Sou particularmente crítico em relação a muitas coisas que estão a acontecer, mas, se há algo que é favorável na *troika*, tem a ver com essa tentativa de impor critérios de transparência na execução orçamental por parte de todas as instituições que dependem do aparelho de Estado.

A desorçamentação e a criação de empresas municipais para aliviar o endividamento direto das autarquias e do Estado não faz qualquer sentido; oxalá isto seja corrigido. A Câmara de Angra tinha sido um bom exemplo porque, felizmente, tinha apenas a Culturangra, enquanto há autarquias ao nível da região onde proliferam empresas municipais.

Não se pode criar uma Culturangra para desenvolver atividades municipais e não fazer o respetivo financiamento. Ainda bem que a transferência foi feita de forma consensual.

Os níveis de endividamento andam dentro dos limites legais, mas muito próximos dos patamares máximos permitidos pelo enquadramento legal, quer no endividamento a médio/longo prazo, quer no que toca ao endividamento líquido.

Introduz-se aqui um nível de responsabilização adicional para quem tem que gerir e aplicar o dinheiro residual que falta em termos da capacidade de endividamento.

Tenho grande confiança neste executivo camarário porque, certamente, vai saber aplicar este dinheiro no melhor impacto reprodutivo para o concelho porque não há muitas folgas em termos de capacidade de endividamento.

Num ano de fortes constrangimentos e restrições financeiras, terá que haver todo o cuidado na aplicação dos dinheiros e na capacidade de endividamento que ainda nos sobra.

**Sr. d. m. Carlos Pinheiro:** – Estive a analisar algumas situações e cheguei à seguinte conclusão: para mim, a igualdade é um pouco diferente da realidade.

Enquanto uma freguesia recebe 15 000,00 € para a compra de uma casa para o Império, a realidade da minha freguesia é totalmente diferente porque teve que abdicar de três anos da sua delegação de competências, sem poder fazer qualquer obra, para poder adquirir um imóvel para o centro de convívio.

A igualdade é diferente da realidade quando a minha Casa do Povo pede materiais para fazer um forno comunitário que iria permitir que as pessoas mais carenciadas da freguesia fizessem o seu pão.

A igualdade é diferente da realidade quando uma freguesia recebe 15 000,00 € para fazer uma cozinha. Também nada se sabe de uns pedidos que fizemos em 2010 para o arranjo do teto do salão paroquial que estava a cair; estava, mas já não está, porque já caiu.

Vou fazer um aparte muito sincero ao senhor João Santos: na minha freguesia as obras não passam do prazo. Não se fazem, por isso, nunca passam do prazo.

**Sra. presidente da Câmara:** – Senhor presidente da junta de freguesia da Feteira: esse argumento não pode vir da pessoa com quem reunimos e nos comprometemos à permuta de um terreno no parque industrial para beneficiar diretamente a junta de freguesia! Vamos abdicar de um terreno para que a freguesia da Feteira beneficie de um equipamento novo...

**Sr. d. m. Carlos Pinheiro:** – Só falei em relação à igualdade e à realidade...

**Sra. presidente da Câmara:** – Acho que o senhor tem toda a razão no que está a dizer mas o benefício é para a Feteira, que vai ficar claramente beneficiada em relação às restantes freguesias.

Estamos a dar continuidade a um compromisso do anterior elenco camarário. A freguesia da Feteira vai sair claramente beneficiada e o valor deste terreno é muito superior a 15 000,00 €.

Muitas vezes vamos assistindo a algum debate entre as diferentes bancadas e é normal que assim seja, mas chega uma altura em que achamos que temos que nos levantar e dizer qualquer coisa porque se está a discutir se a autarquia produz ou não produz.

Há trinta segundos atrás comecei a rabiscar coisas que temos feito neste último mês e meio. Estaremos a fazer assim tão pouco?

Tomei as seguintes notas: as reparações das habitações sociais, as limpezas das habitações, a rua do Salinas, a rua Carreira dos Cavalos, a avenida Tenente Coronel José Agostinho, o Caminho Novo, o Fanal, os novos circuitos dos mini buses, os procedimentos para o mercado, os pacotes 3 e 4 de estradas, a escola da Ribeirinha, a escola de Santa Bárbara, a rua Jacinto Cândido, as casas mortuárias, o acompanhamento aos cemitérios... e levantei-me! Não

continuei porque me levantei! Não posso considerar que se esteja a fazer assim tão pouco no espaço de um mês e meio.

Volto ao mesmo de há pouco. Não estamos nem vamos anunciar cada metro que se avança numa estrada. Aí, se calhar, já se acharia que estaríamos a fazer muito porque todos os dias se viria dizer que avançáramos mais um metro. Não temos que fazer isso.

Este relatório da atividade municipal mostra bem que a Câmara não tem estado parada nem estagnada. Há uma equipa gigantesca nesta autarquia que trabalha muito todos os dias. Quando se pensa em Câmara, em Serviços Municipalizados, em TERAMB e Culturanga, há gente que trabalha muito para o desenvolvimento do concelho e é essa a nossa função.

Não se pode dizer que estamos parados porque não fazemos bandeira todos os dias a anunciarmos qualquer coisa que façamos. O relatório está nas mãos de toda a gente e esclarecemos qualquer questão. Não aceito que se diga que estamos a fazer pouco, porque estamos a fazer muito, mas não o anunciamos constantemente.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Não sou saltimbanco da política, não sou «*boy*», estou no meu emprego há 38 anos e espero continuar até à minha idade da reforma, por isso estou à vontade para enfrentar qualquer tipo de pessoas que possam interferir com a minha dignidade e as minhas ideias políticas.

Senhora presidente, mantenho o que disse: prefiro o seu estilo ao do anterior elenco camarário, não é por aparecer mais ou menos nos jornais e a prova são as críticas à Câmara que são muito menos quentes do que anteriormente. Faço a minha avaliação e prefiro este ao anterior elenco camarário.

Queria dizer ao senhor deputado João Santos que não o conheço como praticante desportivo. Sei que gosta do seu Sporting e de o ver na televisão e continua esperançado que aquilo vá melhorar, mas eu espero é que piore.

Quando defendo a construção de pavilhões, não é que as freguesias ou as populações não tenham direito à prática desportiva; nada disso.

Agradeço as indicações positivas dadas pelo senhor presidente da junta do Porto Judeu quanto à utilização daquele campo. Se calhar, para minha informação, também gostaria de ouvir, por parte dos Altares, algo sobre a utilização de um campo sintético que lá têm.

Penso que não é correta a construção de certas infraestruturas quando já existem outras ao lado e refiro-me ao aspeto financeiro. Se há equipas de Angra que se deslocam para jogarem na Serreta e no Porto Judeu, porque é que a população das Doze Ribeiras não se desloca à Serreta ou a Santa Bárbara?...

Estou a referir-me à utilização de dinheiros públicos; é apenas essa a minha preocupação. Todos sabemos que estamos em tempos de crise e temos que aplicar o dinheiro bem aplicado. Defenderei sempre isso.

Estou apenas a explicar-lhe isso, senhor João. Gostaria de o ver mais a praticar desporto. Eu ando a pé e vou para o Monte Brasil porque não pago nada. Faz-me muito bem andar a pé e não preciso de andar metido num pavilhão; já me basta quando faço os jogos de basquete porque tenho obrigatoriamente que lá estar.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – É claro que a Câmara tem trabalho diário de manutenção das suas infraestruturas e gestão do expediente. Quando falo em estagnação, falo de obras que não acabam e não é uma questão de incoerência, senhor deputado João Santos.

Vai-me explicar onde está a coerência, quando se lança uma obra tão importante como um hotel e não se cuida da viabilidade dos investimentos, da qualidade dos empreiteiros e não se verifica se o empresário tem capacidade para a realizar. Há quantos anos aquela obra está para ali, condicionando o trânsito naquela via de circulação?

Falou na qualidade da obra do jardim público. O incómodo causado por uma obra do jardim público é completamente diferente do transtorno causado por uma obra na avenida Tenente Coronel José Agostinho ou no Caminho Novo. A necessidade da pressa de cada obra varia consoante o local onde se está a realizar.

Quanto às considerações que fez às obras em que se trabalha vinte e quatro horas por dia, na última campanha eleitoral, no calçadão do Fanal, trabalhou-se por turnos de dia e de noite, feriados e tudo, para pôr ali as calçadinhas e aquilo ficar bonito para a campanha da doutora Andreia Cardoso. Agora que a estrada está aberta e cheia de buracos, não há pressa nenhuma em se acabar a obra e resolver-se o problema da acessibilidade à cidade.

É exatamente por esse tipo de situação, que é fomentada pelo Partido Socialista e não pelas oposições, que temos tido posturas muito críticas e ferozes aqui na Assembleia Municipal.

Voltando a questões que ficaram por colocar na minha intervenção inicial, tem havido atos de vandalismo no centro histórico de Angra, nomeadamente uma situação recente que aconteceu em que houve vidros de carros partidos na rua de S. João.

Gostaria de pôr à consideração da Câmara Municipal a possibilidade de um estudo acerca do custo de uma possível instalação de um sistema de videovigilância no centro da cidade, tal como a Câmara do Porto fez na zona da Ribeira, conseguindo assim resolver uma data de problemas de criminalidade e vandalismo.

Se for algo que o município possa pagar, poderá vir a ser útil para melhorar a segurança dos cidadãos sem pôr em causa os critérios tradicionais da privacidade das pessoas. Acho que um sistema de videovigilância poderia ser útil no centro histórico da cidade.

Quanto aos problemas de água à lavoura, acho que devem ser uma preocupação cada vez mais constante do município porque a modernização que tem sido feita nas nossas instalações agrícolas, levará a um aumento exponencial do consumo de água e de energia a médio prazo, se essas circunstâncias não forem acauteladas.

Quanto ao elogio que foi feito às visitas da senhora presidente da Câmara às freguesias, gostaria de perguntar se isto é uma novidade. Os anteriores executivos não faziam visitas às freguesias? Essas visitas não são uma obrigação inerente ao cargo? Se agora essas visitas são motivo de elogio, resta-nos concluir que, antigamente, ou as visitas não se faziam ou corriam mal.

Sobre o carnaval e a utilização do Teatro Angrense, é sabido de todos que o teto do teatro tem problemas com térmitas e o grupo municipal do PSD e os seus vereadores têm lutado para que se façam obras naquela infraestruturas.

O teatro abriu este ano, passaram por lá as danças de carnaval e ainda bem que não houve problemas com a estrutura. Espero que não haja problemas com uma abertura desadequada do teatro sem que as condições de segurança estejam salvaguardadas. Insistimos mais uma vez na realização das obras, tão rapidamente quanto possível, para que aquele teto não caia em cima de ninguém.

Respondendo agora ao senhor João Santos. Quando criticou o nosso partido, dizendo que para criticar não olhava a meios para atingir fins, posso dizer-vos que, para engraxar, também não há meios para atingir fins. Enquanto o navio vai afundando, os senhores continuam a tocar na orquestra.

**Sr. d. m. João Santos:** – Senhor deputado Belerique, brilhante! Falou, falou, não disse nada e acabou por concordar comigo em tudo. Falou da falta de árvores mas eu gosto de ir para ali e apanhar sol; isso é sempre subjetivo. Elogiou tudo o que lá está e apenas criticou o que falta. Claro que falta! Falta um relvado sintético, uma piscina, um SPA, uma torre de observação e vigia da baleia, falta o que o senhor lá quiser pôr. Se formos por aí, falta tudo em todo o lado.

As condições que lá estão são excelentes. Continuo a dar os meus parabéns à cota parte de responsabilidade da junta de freguesia da Sé, pela manutenção, conservação, pela forma como cuida daquele espaço e lamento que o senhor não partilhe da minha opinião.

Em relação às zonas balneares, também não o entendo; fez críticas, críticas, críticas e a única coisa que me disse é que as zonas balneares do Pico são melhores. Já aceitei o convite do José Alberto Borges para darmos uma volta pelas esplanadas desta cidade. Aceito também o seu, com muito gosto, para irmos ao Pico...

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Não preciso. Já as conheço e são boas.

**Sr. d. m. João Santos:** – Pronto. Percebi que, à semelhança do senhor José Alberto Borges, o senhor me tinha convidado para irmos ao Pico conhecer as zonas balneares.

Para não estar a falar sempre da Salga, dou-lhe o exemplo da zona balnear do Refugo, eventualmente a mais pequena de Angra; queria que me dissesse o que é que falta ali. Tem acessos, estacionamento, sanitários com todas as condições, dois nadadores salvadores, duches de água doce, uns ótimos solários de acordo com o espaço disponível, etc.

Senhor presidente da junta de freguesia, posso solicitar-lhe que, na próxima época balnear, ponha lá um duche de água quente e distribua roupões e chinelos porque é a única coisa que falta ali?

Para não me alongar nesta discussão, lançava um desafio à Câmara Municipal para trazer a esta Assembleia Municipal registos fotográficos de há dez anos, de três espaços: Relvão, jardim e zonas balneares. Com base nisso, vejam se este e os outros executivos camarários têm ou não feito bom investimento nas zonas recreativas e de lazer deste concelho.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Queria aproveitar para lamentar mais uma vez, algumas palavras insultuosas e de falta de caráter, timbre das intervenções do senhor deputado José Borges nas sessões da Assembleia Municipal. Já tive oportunidade de falar com ele, mas a razão é algo que não lhe assiste.

O senhor José Borges, mais uma vez, alegou aqui questões de saltimbancos políticos e de *boys*, tendo-se referido numa sessão anterior a uma pessoa que não estava aqui presente, como um *boy* que tinha fugido; essa pessoa é um amigo e um camarada...

Sei que essas são para mim... deixe-me acabar que já lhe respondo. Referiu-se a um *boy* do PS que tinha fugido, o Francisco Barros, um amigo e camarada meu, coisa que também lamento.

Ao contrário de si, apesar de eu ser um saltimbanco político e um *boy* do PS, levando a semântica no mesmo sentido e sem querer ser brejeiro, mais vale ser um *boy* do PS do que uma vaca da política porque já fui militante do CDS-PP e, ao contrário de si, conheço perfeitamente as bases ideológicas e técnicas do seu partido.

Posso dizer-lhe quais são os três pilares ideológicos do CDS-PP: democracia cristã, liberalismo e conservadorismo. Ao contrário de si, estudei o CDS, o Partido Socialista e o socialismo.

Não lhe admito que volte a colocar essa questão. Imagino que isso seja um trauma seu e de mais dois ou três no CDS-PP. Se eu tivesse continuado no CDS, quem estaria sentado ao lado do senhor Nuno Melo Alves, seria eu e não o senhor deputado José Alberto Borges.

**Sra. presidente da Câmara:** – Queria salientar que as obras a decorrer estão todas dentro do prazo. No caso do Fanal, houve um atraso de uma semana e pouco porque se verificou que o piso que estava por baixo não tinha condições para receber a nova asfaltagem. Houve necessidade de corrigir o subsolo e tudo isto foi aprovado em reunião de Câmara.

As obras na rua do Salinas, as intervenções nas calçadas, os pacotes de estradas, etc., estão todas razoavelmente dentro dos prazos. Não digo o mesmo em relação à escola da Ribeirinha que está francamente atrasada, sem dúvida nenhuma, mas é um caso isolado.

Todas as obras sob a alçada da Câmara estão razoavelmente dentro do prazo. Há pequenos atrasos que às vezes vão acontecendo por melhorias que depois se fazem em obra mas este exemplo do Fanal decorreu de forma excepcional.

Vou solicitar orçamentos para a videovigilância para que depois se possa discutir a situação.

Não há nada a esconder a respeito das térmitas do Teatro Angrense. Há térmitas ali, como as há em todo o concelho. A sua preocupação é também a nossa mas preocupámo-nos antes do carnaval. Pedimos um levantamento a uma entidade particular isenta e solicitámos o relatório antes do carnaval para podermos decidir se realizaríamos ali as danças de carnaval e o festival de teatro.

Esse relatório assinalou a existência de térmitas e as zonas de maior concentração onde se encontram alojadas, aconselha algumas intervenções com diferentes tipos de tratamentos a quente e com diversos produtos, mas referiu que se podiam realizar ali com segurança, as atividades previstas: o carnaval e o festival de teatro.

Em relação a uma questão do senhor Guilherme Melo sobre o protocolo estabelecido com o Regimento de Infantaria, esse mesmo protocolo prevê que, sempre que possível, as atividades de nadador/salvador sejam asseguradas pelos soldados do Regimento.



A Culturangra assegura a formação dos soldados e eles asseguram as tarefas de nadadores/salvadores durante a época balnear. Isto já aconteceu com oito pessoas garantindo sete postos no ano transato e um em rotatividade.

Os soldados têm uma postura diferente e impecável no serviço porque sabem que estão em trabalho, apesar de estarem em calção de banho.

Este protocolo resulta numa redução de custos muito significativa para o município e para a Culturangra em particular e, em termos práticos, os resultados são excecionais.

**1.2 - Designação de dois representantes da Assembleia Municipal na comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo, nos termos da alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto.**

- Após votação por escrutínio secreto, com 28 votos a favor e 4 abstenções, foram designados os seguintes representantes da Assembleia Municipal:

- Carlos Jorge Belerique Ormonde.
- Ana Margarida Moura de Oliveira Arroz.

**2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2.1 - Eleição de quatro membros representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha, nos termos do nº 2, artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho.**

– Após votação por escrutínio secreto, com 31 votos a favor e 1 voto contra, foram eleitos os seguintes membros em representação da Assembleia Municipal no citado Conselho:

- António Gabriel Martins Maio.
- João Luís Sanchez dos Santos.
- António Toledo Alves.
- Guilherme Ferreira de Melo.

**3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP**

**3.1 - Proposta do Grupo Municipal do CDS-PP, no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal, a colocação de espelhos e/ou sinalética de trânsito adequada nos cruzamentos das seguintes ruas:**

- a) **Cruzamentos entre a Rua da Oliveira com as ruas Recreio dos Artistas, dos Canos Verdes, de Jesus e Carreira dos Cavalos.**
- b) **Cruzamentos entre a Travessa dos Carvalhais e ruas dos Canos Verdes e Recreio dos Artistas.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Antes de mais espero que o que vou dizer seja interpretado como um elogio e não como uma crítica velada à anterior presidente da Câmara. Não seria justo para nenhuma das visadas que fosse interpretado dessa maneira.

Na minha primeira intervenção de hoje, não agradei devidamente à senhora presidente da Câmara o facto de me ter disponibilizado uma informação que eu vinha solicitando há dois anos.

Em relação a esta proposta concreta, queria agradecer-lhe também o conjunto de informação prévia que me fez chegar, nomeadamente algumas informações sobre matérias da Comissão Municipal de Trânsito. Agradeço isso, porque entendo que, além de se tratar de um ato de boa colaboração e transparência, teria sido fácil para a Câmara guardar esta informação na retaguarda e aplica-la como algum tipo de combate político. É meritório e justo que este agradecimento seja feito porque é inteiramente merecido.

Tendo em conta algumas informações que temos aqui da Comissão Municipal de Trânsito que a Câmara nos fez chegar, já houve diversas solicitações para a colocação de espelhos em determinadas ruas.

A Comissão de Trânsito tem-se pronunciado contra, em relação à colocação de espelhos em alguns casos, mas acabou por ceder em relação a outros ao fim de oito anos, como por exemplo, o cruzamento da rua da Rosa com a rua Recreio dos Artistas.

Ponderando as coisas, gostaríamos de manter esta proposta porque este órgão político pode ajuizar em relação às melhorias de segurança em termos de trânsito. Com todo o respeito que merecem as considerações da Comissão de Trânsito, não quer dizer que coincidam com a opinião de um órgão eleito para representar os angrenses e tomar deliberações em função disso. Gostaríamos de auscultar a opinião deste órgão em relação a esta proposta.

Tendo em conta algumas objeções que a Comissão Municipal de Trânsito tem apresentado à colocação de espelhos, já que serviriam como um mecanismo para que os condutores aumentassem a velocidade porque veriam o caminho livre através deles, poderíamos alterar o seguinte nesta proposta: além dos espelhos, poderia acrescentar-se a devida sinalização de trânsito, nomeadamente, sinais de STOP.

Talvez um sinal de trânsito com as dimensões regulares fique feio e um pouco espetado fora, mas tenho ideia da existência de uns sinais de menor dimensão colocados em cruzamentos do centro da cidade há uns anos.

Hoje em dia, por um conjunto de normativos, existem algumas restrições à utilização destas placas fora dos tamanhos *standard* mas julgo que seria útil que esta Câmara enviasse uma proposta à Assembleia Legislativa Regional para a utilização destes sinais de menores dimensões dividido à especificidade de Angra como cidade património.

Penso que a especificidade de algumas localidades açorianas também justificaria a aplicação de sinalética mais reduzida em alguns cruzamentos onde a sinalética normal não se enquadre devido à exiguidade do espaço.

Estou a lembrar-me de algumas ruas de Angra como a rua da Oliveira ou a travessa dos Carvalhais, que são muito estreitas, sobretudo a rua da Oliveira.

Penso que o texto da proposta é simples e fácil de perceber e estamos recetivos a alguma alteração como a colocação de sinalética adequada de acordo com o entendimento da Comissão de Trânsito.

Esta proposta visa a segurança porque nestas ruas não existem passeios e a visibilidade é nula; ou seja, os condutores têm forçosamente que avançar no cruzamento para conseguirem ver.

Julgamos que a conjugação entre a sinalética adequada e os espelhos contribuirá para um aumento da segurança. Estamos a falar da segurança rodoviária mas também de situações assustadoras quando um carro se chega para fora para conseguir visibilidade e está um peão a abeirar-se para sair de um passeio para outro como acontece no cruzamento da Rocha ao pé do Centro de Oncologia.

Deixo este acréscimo da proposta à consideração da Assembleia, esperando que a mesma seja votada favoravelmente.

**Sr. d. m. José Gabriel da Silva:** – Acho que existem outras instituições autárquicas antes dessas recomendações virem aqui, porque, senão, daqui a dias, o CDS-PP ou outro partido qualquer vem recomendar à Câmara que se arranje a janela do edifício A, B ou C ou que se faça o alcatroamento desta ou daquela rua.

Se as juntas de freguesia já nem para isso servem, porque não continuar com a extinção programada. Como não quero ser coveiro dessas juntas de freguesia, vou abster-me ou votar contra esta proposta pelo facto de a junta de freguesia da Sé não ter sido ouvida.

As juntas de freguesia deviam ser auscultadas primeiro, porque existem as assembleias de freguesia. Peço desculpa ao senhor presidente da junta de freguesia da Sé, porque o contactei e estes assuntos hoje levantados já foram tratados por eles, diretamente com a Câmara.

**Sr. d. m. João Santos:** – O partido Socialista não contesta o que é aqui proposto mas entende que, se trouxermos aqui propostas deste tipo, corremos o risco de trazermos propostas para tudo e mais alguma coisa como acabou de dizer o senhor presidente da junta de freguesia da Conceição.

Acho que devemos dar um peso diferente àquilo que é a proposta e a recomendação mencionada no regimento e não fazer disto uma espécie de caixa de sugestões à Câmara municipal.

Na Conferência de Líderes concordei com a matéria de facto que aqui está, mas ao aprovarmos isto estaríamos a assumir que a Câmara Municipal necessita que sejam feitas recomendações e propostas na Assembleia Municipal para que faça estas pequenas obras necessárias e estaríamos também a ultrapassar aquilo que se entende que deve ser uma forma de hierarquia em relação aos órgãos de proximidade, nomeadamente as juntas de freguesia.

Não vamos votar contra, porque considerámos a matéria de facto, mas também não votaremos favoravelmente. Vamos abster-nos em relação a esta proposta.

**Sr. d. m. Basílio Sousa:** – Boa tarde. Esta questão dos espelhos é uma luta que a junta de freguesia da Sé mantém com a Câmara desde há bastantes anos, pedindo que sejam colocados espelhos nos cruzamentos porque tem havido vários acidentes, pancadinhas, umas mais fortes do que outras, e pensamos que esta seria uma forma de se evitar mais acidentes. É evidente que vou votar a favor.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Lembro que o trabalho de qualquer partido é recomendar à Câmara o que achar que deve ser feito. Se isto já faz parte dos planos da autarquia, melhor; se não faz, pode passar a fazer fruto desta nossa recomendação.

Consideramos que estas recomendações para a colocação de espelhos sejam tão legítimas, como a recomendação para a troca de um sinal de estacionamento proibido por um de paragem proibida em determinados cruzamentos. Estas recomendações são ainda mais legítimas, dignas ou elevadas e têm outra valia, por se tratar de uma zona de património histórico.

Há outras áreas de intervenção em que também não pedimos Parecer à Secretaria Regional que tutela a cultura, nem estamos para pedir. Que eu saiba, as juntas de freguesia fazem parte da Assembleia Municipal e, além de se pronunciarem em Sede própria através da sua assembleia de freguesia e das suas próprias decisões, também se podem pronunciar aqui.

Não consta da lei nem do nosso regimento e mal seria se os deputados municipais, ao proporem um regulamento, tivessem que auscultar as juntas de freguesia, (porque elas estão aqui), qualquer proprietário de um café ou esplanada, qualquer dos intervenientes nas Sanjoaninas, quando achamos que há muito ruído no Bailão ou os residentes na avenida Tenente Coronel José Agostinho quando achamos que as árvores fazem demasiada sombra, levantam o passeio ou as obras demoram muito tempo.

Somos eleitos com capacidades representativas e devemos aproveitá-las. Agradeço que estejam todos de acordo com o que propomos quanto à matéria de facto, mas lamento que não passem à concretização da proposta, porque também é meritória, vinda do CDS-PP.

Achamos que é meritória para a junta de freguesia da Sé e estamos dispostos a fazer o mesmo em relação à freguesia da Conceição, nomeadamente na zona do Corpo Santo onde não existem espelhos e também não existem passeios. Talvez os espelhos também façam falta aí, porque existem ruas de difícil acesso. Não o fizemos nesta sessão mas poderemos fazê-lo noutra.

Não achamos que estas motivações apresentadas pela bancada do Partido Socialista, para se absterem e não quererem votar a favor, tenham a relevância, a importância e o peso que o PS entende que têm.

A proposta mantém-se com a alteração que sugerimos com os mesmos objetivos de segurança, de melhoria da circulação e de cuidado com os peões, ficando à vossa disposição para críticas ou qualquer tipo de comentários.

**Sra. presidente da Câmara:** – Atendendo a que este assunto já foi apresentado à Comissão de Trânsito por diversas vezes e, aparentemente, os espelhos parabólicos não reúnem consenso, talvez pudesse ser proposta outra alternativa.

Quando se pede que a Comissão se pronuncie sobre a colocação de espelhos, é sim ou não; se solicitarmos que avalie outra alternativa, tendo em atenção todos esses pormenores de segurança que são fundamentais, talvez se encontrasse um cenário dentro do objetivo pretendido com ligeiras adaptações.

Gostaria de dizer três frases desfasadas de contexto mas talvez seja a última oportunidade que terei de as dizer: adoro o Pico. Angra do Heroísmo, seis bandeiras azuis nas zonas balneares; Pico, zero. Não se trata apenas de uma questão de beleza; é necessário cumprir determinados requisitos.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Senhor presidente, não quero falar fora de ordem, mas queria dizer que a recomendação passaria a ler-se: «... *que recomenda à Câmara Municipal que coloque espelhos e/ou sinais de trânsito nos cruzamentos das seguintes ruas.*»

Pensamos que o espelho é a melhor solução mas haverá outras e o que interessa é melhorar a segurança.

**Sr. d. m. João Santos:** – É só para dizer ao senhor deputado Nuno Melo Alves que não importa que a proposta provenha do CDS-PP ou do PSD ou de qualquer outro partido político que aqui tivesse assento.

Mantemos o que eu disse: a matéria de facto parece-me uma matéria de preocupação mas, na forma como aqui é trazida, não nos parece necessária porque se estes assuntos podem ser apresentados pelas juntas de freguesia, como sendo preocupações suas.

Por absurdo, poderíamos fazer junto de todos os presidentes de junta um levantamento das necessidades e preocupações de cada uma delas e trazer recomendações à Assembleia municipal.

Estamos disponíveis para votarmos favoravelmente o que o CDS-PP trouxer, desde que concordemos com a matéria de facto e com a forma. Não queremos abrir um precedente.

Se estava a referir-se à Silveira quando deu o exemplo da troca de sinalização, lembro que não se tratou da colocação de um sinal, mas sim de uma preocupação que já vinha sendo debatida há longo tempo sobre um problema de um acesso à cidade e a questão do sinal foi uma opção da Câmara.

O que foi aqui trazido foi uma preocupação de congestionamento de trânsito e perigosidade num acesso à cidade e, apesar da insistência de juntas de freguesia, etc., não havia maneira de se ver resolvido.

Pensamos que é passível que haja uma solução. Se a Câmara identificar o problema, tem que o resolver sem que tenhamos a necessidade de uma recomendação formal que a «obrigue» a cumprir aquilo que já deveria ter feito. É só por aí.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Não ia intervir mas o senhor deputado Nuno Melo Alves pediu que fosse feita uma alteração à forma da proposta. Sem cair num eventual erro de «híper-

correccionismo» gramatical, na segunda linha do terceiro parágrafo, «... *com recurso a espelhos no cruzamento...*», falta aí o determinante.

Se o senhor deputado José Borges não souber o que a expressão «híper-correccionismo gramatical» significa, pode perguntar ao senhor deputado Nuno Melo Alves ou ver no dicionário.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 3.1 foi aprovada** com 14 votos a favor (12 do PSD, 2 do CDS-PP) e 15 abstenções do PS.

#### **4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

##### **4.1 – Voto de Congratulação pela consagração do Clube Juvenil Boa Viagem como vencedor da Taça Federação Liga Feminina da época 2011/2012.**

**Sr. d. m. José Gabriel Silva:** – Vou retirar-me da sala porque este voto diz-me respeito na qualidade de presidente da Assembleia Geral do Boa Viagem; é só por uma questão de ética.

**Sr. presidente da Mesa:** – Quando muito o senhor deputado não vota, mas mantenha-se na sala para não perdermos mais tempo.

**Sr. d. m. João Santos:** – Se o senhor deputado se mantiver na sala e no caso de a proposta ser aprovada pelos restantes membros, solicito que a consideremos aprovada por unanimidade.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não há problema nenhum. É apenas uma questão formal.

**Sr. d. m. Carlos Jorge Ormonde:** – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores e colegas deputados municipais.

O grupo municipal do Partido Socialista propõe um voto de congratulação ao Clube Juvenil Boa Viagem porque coroa um palmarés muito rico desde a sua fundação e está cheio de sucessos desportivos. Venceu recentemente a taça da federação da liga feminina da época 2011/2012.

Este voto de congratulação é extensivo a todos os atletas, técnicos e a todos os seus dirigentes.

*«O Clube Juvenil Boa Viagem, Instituição de Utilidade Pública, foi fundado a 16 de Julho de 1976, com sede na rua Francisco de Ornelas, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho e Angra do Heroísmo.*

*O Clube faz-se representar no plano desportivo pela modalidade de Basquetebol feminino e acolhe atualmente 100 atletas distribuídos pelos seguintes escalões: seniores, sub21, sub19 (juniores), sub16 (cadetes), sub14 (iniciados), minis 8, minis 10 e minis 12.*

*No escalão de Seniores femininos participou e venceu diversos campeonatos da ilha Terceira nos anos 1977 a 1979, 1984 a 1989, 1991 a 1997, 1999 a 2001. De 1987 a 1989 venceu diversos campeonatos regionais dos Açores. De 1990 a 1997 participou no Campeonato Nacional da 2ª Divisão.*

*Foi o primeiro clube terceirense a alcançar o patamar mais alto do desporto nacional, tendo vencido o 2º lugar do Campeonato Nacional Feminino da 2ª divisão e subido à 1ª divisão do Campeonato Nacional da Liga Feminina na época de 1996/1997.*

*Em 1992, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver com ações meritórias nas modalidades desportivas, foi-lhe concedida a atribuição de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública*

*Foi galardoado com o título “Clube do Ano” 1996/1997 e 1997/1998 – I e II Gala de Basquetebol organizada pela Associação de Basquetebol da Ilha Terceira.*

*Na época de 2000/2001 o clube foi galardoado por S. Exa., o Ministro da Juventude e do Desporto, Armando Vara, com o prémio pela ação “RECONHECER O MÉRITO”.*

*A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a 20 de Setembro de 2002 aprovou por unanimidade, a proposta de recomendação para atribuição da “MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DO DESPORTO” ao Clube Juvenil Boa Viagem, apresentada pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra do Heroísmo.*

*Em 2004/05 alcançou o 1º lugar do Campeonato Nacional da 1ª Divisão, sagrando-se campeão nacional, garantindo a subida à liga feminina.*

*Foi finalista da Taça de Portugal nas épocas de 2005/2006, 2006/2007, 2009/2010 e finalista da Supertaça nas épocas de 2006/2007.*

*Foi a primeira equipa de basquetebol dos Açores a participar na 1ª eliminatória do Campeonato da Europa “EUROCUP WOMAN” na época 2007/2008.*

*O Clube foi galardoado pelo Governo Regional dos Açores com o prémio “Resultados e Classificações Nacionais” nas I, II, V, VI, VII, VIII e X Galas do Desporto Regional.*

*Foi finalista da Taça Federação Liga Feminina na época de 2009/2010 e vencedor da Taça Federação Liga Feminina na época 2011/2012, tendo sido o 1º troféu no escalão máximo nacional recebido por esta associação e conquistado pela 1ª vez por uma equipa açoriana.*

*Os trinta e cinco anos de existência desta coletividade com grande historial e o empenho dos seus dirigentes, equipa técnica e atletas, foi determinante na busca de êxitos desportivos e um exemplo de um modo de vida saudável para os jovens atletas.*

*O troféu agora ganho valoriza o Clube e a Região Autónoma dos Açores onde o desporto tem alcançado excelentes níveis de competitividade.*

*Pelo, acima exposto, o grupo municipal do Partido Socialista de Angra do Heroísmo, congratula-se pelo facto do Clube Juvenil Boa Viagem se ter consagrado vencedor da Taça Federação Liga Feminina na época 2011/2012, congratulação esta, extensiva a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram o seu esforço no campo desportivo, coroado de êxito.*

*Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao referido clube e à Associação de Basquetebol da Ilha Terceira.»*

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Queremos associar-nos a este voto de louvor. Na nossa primeira intervenção hoje de manhã, mencionámos este último feito desportivo e não temos nada a opor ao facto de não ser acompanhado um Parecer favorável da ABIT, da equipa derrotada e de várias outras instituições como, por exemplo, a Direção Regional do Desporto.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Eu, como homem do basquetebol, também já me tinha congratulado com a conquista da taça e queria acrescentar que os seus dirigentes e toda aquela equipa técnica do Clube Juvenil Boa Viagem são o espelho do que deveria ser o dirigismo neste país. São fantásticos, pessoas que atuam sempre com os pés assentes no chão e um exemplo para qualquer tipo de desporto que se pratica a nível nacional.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O grupo municipal do PSD também se associa a este voto de congratulação, votando-o favoravelmente.

Não se registando mais intervenções, **o Voto de Congratulação constante do Ponto 4.1 foi aprovado por unanimidade.**

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

**Sr. d. m. Vasco Capaz:** – Informo o senhor deputado Luís Rendeiro que a ata da sessão anterior já foi corrigida, acrescentando-se a frase «política de freguesia» que, por lapso, não havia sido incluída na referida ata.

As atas, que em princípio deveriam ser resumos das sessões, não têm que transcrever obrigatoriamente a totalidade do que é dito pelos senhores deputados. Neste caso, têm sido praticamente transcrições completas das intervenções, daí as 103 páginas. O senhor tem razão na sua reclamação e a frase atrás referida não fora incluída na ata, apenas por lapso.

*O senhor presidente da Mesa despediu-se, desejando a todos uma boa tarde e um bom fim de semana.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 13H52M do dia 24 de fevereiro de 2012, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**



**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**